

COLABOR

LABORATÓRIO COLABORATIVO PARA O TRABALHO,
EMPREGO E PROTEÇÃO SOCIAL

N.º 7 / JUL 2024

ESTUDOS COLABOR

FREDERICO CANTANTE & PEDRO ESTÊVÃO

(Des)ajustamentos qualificacionais em Portugal: evolução, incidências e a importância do ponto de partida



FICHA TÉCNICA

TÍTULO

(DES)AJUSTAMENTOS QUALIFICACIONAIS EM PORTUGAL: EVOLUÇÃO, INCIDÊNCIAS E A IMPORTÂNCIA DO PONTO DE PARTIDA

CITE ESTE DOCUMENTO COMO:

Cantante, F., & Estêvão, P. (2024). *(Des)ajustamentos qualificacionais em Portugal: evolução, incidências e a importância do ponto de partida*. Estudos CoLABOR, N.º 7. CoLABOR. <https://doi.org/10.5281/zenodo.11491319>

DOI: 10.5281/ZENODO.11491319

AUTORES

Frederico Cantante e Pedro Estêvão

COLABOR

Laboratório Colaborativo para o Trabalho, Emprego e Proteção Social
Rua das Taipas, n.º 1 - 1250-264 Lisboa

LAYOUT GRÁFICO, DESIGN E PAGINAÇÃO

André Luz . www.andreluzdesign.com

DATA DE PUBLICAÇÃO julho 24'



COLABOR

LABORATÓRIO COLABORATIVO PARA O TRABALHO,
EMPREGO E PROTEÇÃO SOCIAL

Índice

RESUMO/ABSTRACT	1
1. Sumário executivo	2
2. Introdução	4
3. Da escassez de qualificações escolares à análise do seu (des)ajustamento	6
3.1 As qualificações escolares na análise do atraso e da modernização da sociedade portuguesa	6
3.2 Qualificação escolar da força de trabalho: uma condição necessária, mas não suficiente	9
4. A medição dos (des)ajustamentos qualificacionais e metodologia adotada	12
5. Análise dos (des)ajustamentos de qualificação escolar através de indicadores alargados de desemprego	17
6. Ajustamento, subqualificação e sobrequalificação: incidências categoriais e setoriais	23
7. A sobrequalificação escolar dos trabalhadores com ensino superior: incidências categoriais e setoriais	31
8. Em que profissões e setores se concentra o pessoal com ensino superior sobrequalificado?	37
9. O ponto de partida importa	40
10. Notas conclusivas: os desajustamentos qualificacionais como reflexo de um problema existencial	43
11. Bibliografia	46

Resumo

Portugal conheceu um aumento bastante acentuado da qualificação da sua população nas últimas duas décadas. Este processo foi acompanhado por recomposições importantes no perfil do emprego do país. Este estudo mede os (des)ajustamentos entre qualificação escolar e profissão utilizando uma metodologia normativa. De um país fortemente marcado pela incidência da subqualificação, Portugal é na atualidade um país em que o ajustamento entre qualificações escolares e a profissão é a situação modal e em que a sobrequalificação começa a ter algum relevo. Consta-se que a incidência dos (des)ajustamentos qualificacionais tem uma variação categorial e setorial elevada. Conclui-se, adicionalmente, que a sobrequalificação dos trabalhadores com formação superior no início do seu trajeto laboral estrutura fortemente o seu percurso no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Qualificações escolares, profissão, ajustamentos qualificacionais, desajustamentos qualificacionais, subqualificação, sobrequalificação, Portugal.

Abstract

Portugal has witnessed a notable improvement in the educational qualification of its population over the past two decades, with early school leaving suffering a sharp decline while the share of holders of upper secondary and higher education diplomas has risen considerably. This paper assesses how the Portuguese labour market responded to this rapid transformation by analysing the evolution of the (mis)matches between the Portuguese working population's educational qualifications and the occupations they trade in. Methodologically, the study is grounded on a normative approach. Through it, it is shown that Portugal went in this period from a situation where underqualification was the predominant reality to a position where matching between one educational qualifications and occupation became the modal condition and overqualification became relevant. At the same time, however, the incidence of (mis)matches continues to vary widely across economic activities and social categories such as sex or age. Furthermore, for holders of higher education diplomas, situations of overqualification early in the career seem to strongly influence later professional trajectory.

Keywords: Educational qualifications, occupation, qualificational matching, qualificational mismatching, underqualification, overqualification, Portugal

1. Sumário executivo

Portugal conheceu um aumento bastante acentuado da qualificação da sua população nas últimas duas décadas. Este processo foi acompanhado por recomposições importantes no perfil do emprego do país. Este estudo tem como objetivo principal analisar as sintonias ou dessintonias entre os dois processos em causa, através da medição dos (des)ajustamentos qualificacionais do emprego, das suas diferentes incidências categoriais e setoriais, da distribuição profissional e setorial dos trabalhadores com ensino superior sobrequalificados, e da variação da incidência da sobrequalificação ao longo dos trajetos laborais. Supletivamente, são apresentados dados em relação a outras formas de desajustamento das qualificações escolares: o desemprego e outras situações limítrofes.

Num espaço de cerca de duas décadas e meia, o peso da subqualificação diminuiu fortemente e, a partir de 2007, deixou de ser a situação modal. Em 1995, quase dois terços dos trabalhadores encontravam-se em situação de subqualificação, isto é, tinham habilitações escolares inferiores às habilitações expectavelmente necessárias para o exercício das tarefas e funções exigidas pela sua profissão; no ano de 2021, esse valor tinha caído 39 p.p. (de 65% para 26%). O ajustamento de qualificações, que, em 1995, representava menos de um terço das situações de emprego, caracterizava, em 2021, cerca de 61% do emprego e assumia-se como a situação modal. Quanto à sobrequalificação, a qual, em 1995, tinha uma incidência marginal, verificou-se um aumento paulatino da sua expressão, representando, em 2021, cerca de 14% do emprego.

O facto de a subqualificação ter diminuído fortemente e o ajustamento qualificacional ter aumentado de forma muito significativa, num contexto de aumento intenso do nível de escolaridade da população empregada, indica que a economia portuguesa tem, em parte, conseguido recompor-se e criar emprego adequado ao perfil mais qualificado da força de trabalho disponível. Ainda assim, existem duas questões que importa realçar: por um lado, a subqualificação continua a ter uma expressão bastante elevada, devido, no essencial, a um efeito de *stock* que tenderá a diminuir por via da substituição de gerações no emprego; por outro, o aumento da sobrequalificação indica que uma parte relevante dos recursos humanos qualificados estão a ser desaproveitados – ou, pelo menos, a executar funções e tarefas com um nível de complexidade que não exigem ou formação de nível secundário ou formação de nível superior, com efeitos potenciais na exclusão dos menos qualificados do mercado de trabalho.

A análise efetuada permite extrair outras conclusões. Desde logo, que o fenómeno da sobrequalificação afeta sobretudo as mulheres e, nesse sentido, pode assumir-se como um indicador pertinente na análise das desigualdades de género. Mas também que a subqualificação é mais elevada nos grupos etários mais velhos, enquanto a sobrequalificação assume valores mais expressivos nos grupos etários mais jovens.

O estudo conclui que a incidência dos (des)ajustamentos varia bastante de acordo com os setores de atividade económica. Os dados analisados demonstram que a sobrequalificação é mais elevada em alguns setores que têm sido protagonistas na criação líquida de emprego em Portugal nos últimos anos, elemento que deve ser tido em consideração quando se reflete estrategicamente acerca do emprego em Portugal e do perfil económico do país.

Cerca de 25% dos trabalhadores com ensino superior encontram-se numa situação de sobrequalificação, um valor que estabilizou nos últimos anos, depois de um período de aumento continuado. Quando se analisa a distribuição destes trabalhadores por profissão e atividade económica, conclui-se, por um lado, que a maior parte deles exerce uma profissão nos grupos das Atividades administrativas ou dos Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança – particularmente, nos subgrupos profissionais 41 e 52 da Classificação Portuguesa das Profissões –, os quais concentram cerca de 40% dos empregados com ensino superior sobrequalificados;¹ por outro lado, que o setor do Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (G) concentra cerca de 23% destes trabalhadores, seguido pelo setor das indústrias transformadoras (C), com 13%. Estes são, na verdade, os dois setores de atividade com um volume de emprego maior em Portugal. O setor Financeiro (K) e o das Atividades administrativas e dos serviços de apoio (N), com menor peso no volume de emprego total, são os outros dois setores que apresentam valores mais elevados para este indicador.

O estudo demonstra ainda que o ponto de partida no trajeto laboral é fundamental na definição dos (des)ajustamentos qualificacionais dos trabalhadores. Os dados apurados indicam que cada vez mais a sobrequalificação dos trabalhadores com ensino superior na entrada do mercado de trabalho define fortemente o seu restante trajeto laboral. Este facto permite problematizar as teses que defendem que as qualificações acabam por ter, de forma quase determinística, efeitos positivos diferidos na mobilidade no mercado de trabalho.

¹ Subgrupo 41: Empregados de escritório, secretários em geral e operadores de processamento de dados; Subgrupo 52: Vendedores.

2. Introdução

Este estudo tem como o foco fundamental a análise da evolução da incidência categorial e setorial dos (des)ajustamentos qualificacionais em Portugal e a sua expressão ao longo dos trajetos laborais. Esta análise tem como pano de fundo a recomposição socioprofissional do emprego verificado nas últimas décadas e pretende medir os ajustamentos e desajustamentos que resultam das tendências de oferta e de procura de mão de obra qualificada.

O estudo dos (des)ajustamentos qualificacionais é relevante por várias razões. Desde logo, porque essas realidades têm impactos quer para os trabalhadores, quer para as empresas. Em relação ao trabalhador, vários estudos sugerem que o desajustamento qualificacional tem efeitos negativos no plano remuneratório², mas também no que diz respeito à satisfação com o trabalho (Quintini, 2011; Hartog, 2000).

Quanto às empresas e outras organizações, o desajustamento qualificacional tem impactos em aspetos como a produtividade. Alguns estudos sugerem que a sobrequalificação tem efeitos positivos nos níveis de produtividade das empresas (Plesca & Summerfield, 2023; Mahy et al., 2015). Vandeplass & Thum-Thysenl. (2019), por seu lado, concluem que, nos países europeus, a sobrequalificação aumenta a produtividade dos trabalhadores nessa situação face aos que desempenham a mesma profissão e têm uma qualificação ajustada à mesma. O inverso verifica-se entre os trabalhadores subqualificados.

A análise deste fenómeno tem também uma relevância política e macroeconómica, no sentido em que é uma ferramenta útil para se pensar e problematizar questões como políticas educativas e formativas, políticas industriais, estratégias de desenvolvimento económico, etc.

Além de um enquadramento teórico e metodológico (pontos 3 e 4, respetivamente), a análise desdobra-se nos seguintes enfoques analíticos:

- (des)ajustamentos de qualificação escolar medidos através da incidência do desemprego e de outros indicadores suplementares de desemprego (ponto 5);

² Os trabalhadores sobrequalificados auferem salários superiores aos trabalhadores que desempenham a mesma profissão e têm qualificações adequadas. No entanto, o seu salário é inferior aos trabalhadores que têm a mesma qualificação e têm uma profissão adequada. Inversamente, os trabalhadores subqualificados auferem salários inferiores aos dos trabalhadores da mesma profissão, mas superiores aos trabalhadores com a mesma qualificação com uma inserção profissional ajustada.

5

INTRODUÇÃO

- evolução da incidência categorial e setorial dos (des)ajustamentos qualificacionais em Portugal (ponto 6);
- evolução da incidência categorial e setorial da sobrequalificação dos trabalhadores com ensino superior (ponto 7);
- distribuição profissional e setorial dos trabalhadores com ensino superior sobrequalificados (ponto 8);
- efeito da duração do trajeto laboral na incidência da sobrequalificação entre os trabalhadores com ensino superior (9);
- notas conclusivas: os desajustamentos qualificacionais como reflexo de um problema existencial (10).

Este estudo pretende ser um contributo para a análise dos (des)ajustamentos qualificacionais em Portugal – tematização que tem um número significativo de contributos (por exemplo, Santos et al., 2020; Pimenta & Pereira, 2019) e que servirá de base a uma análise de pendur multidimensional, que articule as questões dos (des)ajustamentos qualificacionais com dimensões de qualidade do emprego e/ou de produtividade, a ser realizada num momento posterior.

Boa parte dos indicadores apresentados neste estudo estão disponíveis na Plataforma DataLABOR (ver dados sobre ajustamentos e desajustamentos [aqui](#), ver dados especificamente acerca de sobrequalificação das pessoas ao serviço com ensino superior [aqui](#)).

3. Da escassez de qualificações escolares à análise do seu (des)ajustamento

3.1 As qualificações escolares na análise do atraso e da modernização da sociedade portuguesa

O nível de educação das populações é um parâmetro comumente utilizado para classificar o desenvolvimento dos países ou de outras unidades/entidades territoriais. Esse tipo de análises tem como pressuposto(s) o facto de o nível de educação – nas suas diferentes formas de medição – ser um *proxy* para o nível de bem-estar das pessoas, mas também um indicador fiável acerca do “capital humano” disponível numa economia, isto é, das capacidades e competências passíveis de serem utilizadas como fator produtivo e de produtividade.

Em Portugal, o nível de escolaridade da população tem sido um dos indicadores mobilizados para a análise das dinâmicas de atraso/modernização do país. O olhar sociológico seminal de Adérito de Sedas Nunes para a sociedade portuguesa da década de 1960 deslindou um país dual, dividido entre as zonas urbanas de Lisboa e do Porto, as quais, do ponto de vista social, económico e cultural apresentavam um conjunto de dinâmicas e tendências típicas dos países europeus mais desenvolvidos, e a generalidade do território, ainda pautado por padrões de atraso. Esse “dualismo económico” e “dualismo sociológico” (Nunes, 1964) diferenciava uma sociedade moderna marcada pelo predomínio do setor dos serviços, pela expansão industrial, pela emergência da classe média e das profissões mais qualificadas e pela existência de “densidade do escolar cultural” e dos agentes responsáveis pela propagação “das novas formas de civilização” face a uma sociedade tradicional caracterizada pela prevalência do setor agrícola, por elevadas taxas de analfabetismo, por uma força de trabalho constituída por profissões pouco qualificadas, baixa incidência de eventos culturais, etc.

Este tipo de olhar foi retomado por vários autores nas décadas seguintes. Por exemplo, Costa e Machado (1998) consideraram, no final da década de 1990, que os processos de mudança social em Portugal eram típicos de uma “modernidade inacabada”, marcada por “traços” típicos dos “países europeus de modernidade

avançada” e outros que distanciavam o país desse conjunto. Se os indicadores na área da saúde, a fecundidade, a feminização do mercado de trabalho, a terciarização da economia ou a dimensão da classe média aproximavam Portugal dos países mais desenvolvidos, o perfil escolar e a qualificação profissional da população representavam um nítido sinal de atraso. Esse atraso continuava a refletir-se, em meados dos anos 2000, num baixo perfil de qualificações das classes sociais em Portugal em comparação com as categorias homólogas no espaço europeu, à exceção do verificado entre os profissionais técnicos e de enquadramento (Costa, Machado, & Almeida, 2007).

Nas últimas duas décadas, o perfil escolar da população portuguesa alterou-se de forma acelerada, principalmente entre os grupos etários mais jovens. Essa recomposição teve reflexos no mercado de trabalho e traduziu-se num aumento expressivo do peso relativo das classes sociais mais qualificadas, em particular dos profissionais técnicos e de enquadramento, que podem “ser entendidos como protagonistas centrais da modernidade avançada” (Costa & Mauritti, 2018, p. 123).

No entanto, subsistem ainda diferenças relevantes em relação aos níveis de escolaridade dos países europeus e da OCDE (Cantante, 2018). Tal como se demonstrará no ponto 3 deste estudo, Portugal continua a ser um dos países europeus com uma população ativa e empregada com níveis de escolaridade mais baixos no contexto europeu. E, do ponto de vista da estrutura de classes do país, apesar do aumento do peso relativo da categoria tipicamente mais qualificada (a dos profissionais técnicos e de enquadramento), a sua expressão em Portugal, no ano de 2014, era bastante inferior (20,8%) face ao observado em termos médios nos países europeus (30,5%) (Costa & Mauritti, 2018).

As baixas qualificações formais da população portuguesa correspondiam a um verdadeiro atraso ao nível das competências dos portugueses e dos seus níveis de literacia. De acordo com Ávila (2008), no final dos anos de 1990, os níveis de literacia da população portuguesa que não tinha ido além do ensino básico – que, como veremos, representava cerca de 80% da população empregada em 1998 – eram inferiores quando comparados com os de pessoas com esse perfil escolar no conjunto de países da OCDE. O inverso acontecia no caso da população que tinha concluído no máximo o ensino secundário, enquanto os níveis de literacia da população com o ensino superior completo estavam em linha com o apurado para a média dos países da OCDE. As qualificações formais correspondiam a uma dimensão de desigualdade de competências evidente, mas colocavam também um problema de fundo à capacidade de o país conseguir competir com as economias mais avançadas, sustentadas por forças de trabalho muito mais qualificadas e capacitadas do ponto de vista das competências.

Apesar de não constituírem um todo inteiramente coerente no que respeita a abordagens, instrumentos de intervenção e atribuição de recursos, é justo dizer que as políticas de educação dos últimos 50 anos partilham pressupostos e objetivos fundamentais que se distinguem de forma clara face aos vigentes no período histórico imediatamente precedente. Com efeito, durante a maior parte da vigência do Estado Novo o sistema educativo português teve na formação e reprodução de elites a sua missão principal. Tal enquadra diversas medidas características deste período, de que são exemplo a redução dos requisitos de formação e a degradação de condições remuneratórias dos docentes do ensino primário face à prática da I República, a restrição e concentração geográfica da oferta de ensino secundário e superior, a segregação rigorosa (espacial e curricular) entre o ensino técnico e profissional e o ensino destinado ao prosseguimento de estudos. É este contexto que justifica as taxas de escolarização muito reduzidas que se verificam até aos anos 70 do século XX em Portugal para todos os níveis de escolaridade que não o primário.

Por contraste, a Lei de Bases do Sistema Educativo de 1973 – a chamada “reforma Veiga Simão” – vai simbolizar o início de uma deslocação profunda do objetivo global das políticas de educação no sentido da generalização das posses de qualificações avançadas – de nível secundário e superior – entre a população portuguesa.

Esta mudança de enquadramento tem a sua tradução mais visível, nos anos de 1970, no crescimento da oferta de ensino secundário e pela fundação de diversas universidades públicas fora de Lisboa, Porto e Coimbra³, e, já nos anos de 1980, pela expansão do ensino politécnico e pela criação das escolas profissionais. Esta primeira fase de transformação é ainda marcada pelo alargamento da duração da escolaridade obrigatória dos seis para os nove anos em 1986.

A partir do final da década de 1990, inicia-se uma fase de aprofundamento desta transformação, com a tematização do insucesso e do abandono escolar enquanto problemas centrais do sistema de educação português. É como resposta a estes problemas que surgem programas de discriminação positiva na atribuição de recursos às escolas em função das características dos territórios onde se encontram⁴, que se dá a generalização da oferta de ensino profissional nas escolas secundárias públicas decorrente da reforma do ensino secundário de 2004 e se alarga a duração da escolaridade obrigatória para 12 anos em 2009 – o que implica considerar o ensino secundário como horizonte de qualificação mínima para as gerações mais novas. Ao mesmo tempo, e com vista a superar os défices de qualificações acumulados na população portuguesa, é lançada em 2005 a Iniciativa Novas Oportunidades, que procede a uma revisão profunda do sistema de

³ É no período entre 1973 e 1979 que se assiste à criação das Universidades do Minho, Trás-os-Montes e Alto Douro, Beira Interior, Évora, Algarve, Açores e Madeira.

⁴ É o caso, por exemplo, dos programas Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP), criado em 1998 ou do programa Escolhas, lançado em 2001. Versões de ambos os programas continuam em funcionamento em 2024.

educação e formação de adultos e à criação de um novo sistema de reconhecimento e validação de competências dos adultos.

Este conjunto de políticas educativas – que se articularam e articulam com políticas noutras áreas de política pública⁵ –, teve impactos profundos na alteração do perfil qualificacional da população portuguesa no espaço de duas décadas.

Veja-se que, em 1998, apenas um quinto da população empregada tinha concluído pelo menos o ensino secundário, enquanto que, em 2022, esse valor tinha mais do que triplicado, atingindo os 63,3%: 31% tinha concluído no máximo o ensino secundário ou pós-secundário, e 32,2% o ensino superior. Entre a população empregada com idade entre os 25-34 anos, 45,1% tinha um nível superior de ensino. A referida alteração de perfil da estrutura social do país foi acompanhada, de uma forma não linear, pela recomposição do emprego e dos seus perfis, bem como na definição de exposições desiguais ao desemprego e a um conjunto de situações limítrofes, questões que serão desenvolvidas nos capítulos seguintes.

No entanto, a forma como o *stock* de qualificações é quantitativa e qualitativamente incorporado na economia assume-se como um processo complexo, mediado quer no plano económico, quer ao nível institucional, mas também no plano da oferta e da procura de qualificações. É esse o enfoque do próximo subponto.

3.2 Qualificação escolar da força de trabalho: uma condição necessária, mas não suficiente

A teoria do capital humano desenvolvida no início dos anos de 1960 (Becker, 1964) assume que o objetivo da educação formal é o de fornecer conhecimentos e competências passíveis de serem mobilizadas no mercado de trabalho. O investimento em educação resulta, segundo esta perspetiva, de uma opção racional dos indivíduos baseada na expectativa salarial de cada um. Segundo Parente et al. (2011, p. 71), “a teoria do capital humano avança com a ideia de diferenciação salarial: tal como há uma taxa de rentabilidade do investimento económico, também há uma taxa de rentabilidade da educação, expressa nos salários, no pressuposto de que uma elevação do capital escolar se traduz diretamente numa maior taxa de produtividade do trabalho”.

De acordo com esta teoria, o mercado aloca de forma eficaz os recursos humanos às empresas e organizações que deles necessitam. Este ajustamento ou encaixe traduz-se em aumentos de produtividade, que por sua vez implicam a valorização salarial do capital humano (Allen & De Weert, 2007). A teoria do capital

⁵ Por exemplo, a frequência escolar por parte dos menores ser um dos critérios de elegibilidade para as famílias receberem RSI, a ação social escolar, etc.

humano parte, portanto, da premissa de que os conhecimentos e as competências de quem concluiu o ensino superior são naturalmente incorporados pelo mercado de trabalho, num processo de alocação ótima dos recursos, no qual a oferta de qualificações avançadas tem um nível de procura pelo menos suficiente.

Uma das críticas a esta teoria prende-se com a existência de desajustamentos (*mismatches*) entre os conhecimentos e as competências detidos/as por quem concluiu o ensino superior e os requisitos funcionais da atividade profissional desempenhada. Freeman (1973) foi o primeiro autor a desenvolver este tipo de perspetiva no seu livro seminal *The overeducated american*, no qual introduziu a noção de desajustamento entre o nível de ensino concluído pelo trabalhador e o nível de ensino requerido pelo trabalho por ele desempenhado. A explicação do desajustamento entre a oferta de qualificações escolares e a procura das mesmas é plural. Decorre, desde logo, do facto de ser muito difícil existir uma simetria informativa entre quem estuda e quem emprega em relação ao tipo de competências requeridas no mercado de trabalho. Este hiato é tanto mais prevalente num contexto de mudança tecnológica acelerada, que tem impactos não só na substituição de trabalho humano por trabalho robótica e/ou digital, mas também no *offshoring* de certas funções e tarefas (OECD, 2017).

O nível de desajustamento varia, no entanto, de acordo com os países, pelo que o fator “assimetria de informação” deve ser complementado com outras aproximações. A este respeito, Marques et al. (2022) concluem, a partir de um universo de 17 países europeus, que a incidência da sobrequalificação é mais elevada naqueles em que o aumento do número de graduados do ensino superior não é acompanhado por uma transição para uma economia intensiva em conhecimento, bem como nos que registam baixos níveis de crescimento económico.

Esta conclusão articula-se com algumas perspetivas de análise desenvolvidas a respeito da sociedade e da economia portuguesa. Reis (2023) e Caldas et al. (2020) defendem que a maior ou menor capacidade de Portugal para potenciar ou absorver a qualificação da força de trabalho depende em boa medida do seu perfil de especialização económica e da posição que ocupa nas cadeias de produção globais. No contexto europeu, a posição económica periférica do país caracteriza-se, por um lado, por uma “terciarização excessiva” fortemente dependente de atividades económicas de baixo valor acrescentado, que tem correspondência na desindustrialização do país; por outro, pelo “fraco volume de produção e da inserção subalterna em cadeias produtivas internacionais” (Reis, 2023, pp. 115-116). Estas características económicas do país tendem a favorecer hiatos entre a tendência de qualificação da população e a procura de qualificações.

Outras perspetivas defendem que o desajustamento qualificacional não se deve tanto a lacunas no lado da procura de qualificações, mas sim à significativa desadequação da oferta das qualificações face às neces-

sidades das empresas e outras organizações. Segundo esta perspetiva, o desajustamento de qualificações escolares decorre de falhas no lado da oferta de qualificações e não – ou pelo menos não principalmente – do perfil económico do país e do respetivo subaproveitamento que faz dos recursos humanos disponíveis. Uma das traduções deste tipo de perspetivas é a apresentação de listagens de competências deficitárias no país na atualidade e no futuro feita por várias instituições (CEDEFOP, 2018; OECD, 2016).

Por fim, um outro conjunto de perspetivas associa o fenómeno do desajustamento de qualificações aos efeitos de segmentação do emprego que decorrem de um conjunto de instrumentos regulatórios na área laboral – ver a este respeito Parente (2011).

Este estudo não tem como objetivo analisar o peso que o lado da procura e da oferta de qualificações exerce na explicação dos (des)ajustamentos, muito menos os putativos efeitos da regulamentação das relações laborais – para uma crítica deste tipo de perspetivas, ver Teles (2017). Como se referiu anteriormente, o foco fundamental deste estudo é a análise da incidência categorial e setorial dos (des)ajustamentos qualificacionais e a sua expressão ao longo dos trajetos laborais. Ainda assim, como se verá mais à frente, alguns dados apresentados têm valia heurística para esta reflexão.

Uma outra abordagem ao fenómeno dos (des)ajustamentos das qualificações prende-se com os efeitos de trajeto. A questão que se coloca a este nível é até que ponto os desajustamentos existentes no início do percurso profissional são determinantes na definição na trajetória futura. Ou seja, até que ponto a situação de desajustamento qualificacional, em particular a sobrequalificação das pessoas com ensino superior, tende a ter um efeito perene (Baert et al., 2023) ou, pelo contrário, esse efeito tem uma natureza essencialmente transitória (Sicherman & Galor, 1990)? Este estudo pretende contribuir para esta tematização, através de uma análise da evolução da incidência da sobrequalificação dos graduados do ensino superior, por coortes etárias de nascimento (ver a este respeito o ponto 9).

4. A medição dos (des)ajustamentos qualificacionais e metodologia adotada

O desajustamento entre o nível de educação dos trabalhadores e a profissão tem sido medido através de aproximações subjetivas, isto é, tendo como referência a avaliação que as pessoas fazem da relação entre o seu nível de ensino e o tipo de conhecimentos e competências requeridas pelo trabalho que desempenham, mas também por intermédio de aproximações objetivas. Neste segundo tipo de abordagens, a medição do desajustamento qualificacional é operacionalizada através de duas metodologias de análise (Flisi et al., 2017; McGuinness et al., 2017; Verhaest & Omey, 2006):

- a comparação entre o nível de ensino concluído pelo trabalhador e um dado nível de ensino concluído pelos trabalhadores que integram a mesma profissão;
- a comparação entre os níveis de ensino dos trabalhadores que integram um determinado grupo profissional e o nível de ensino considerado adequado ou necessário para o exercício dessa profissão.

No primeiro caso considera-se que existe um desajustamento entre qualificação escolar e profissão quando o nível de ensino do trabalhador se desvia da média ou da moda apurada para o conjunto de trabalhadores desse grupo profissional – método de ajustamentos estatísticos (*statistical/realised matches method*). Esta aproximação metodológica, também conhecida como método empírico, tem como vantagem o facto de poder ser executada sempre que uma dada fonte contenha microdados com informação para o nível de escolaridade e profissão. As suas limitações prendem-se, por um lado, com o facto de a análise não ter em consideração as competências necessárias para a execução do trabalho – neste sentido, é uma metodologia que analisa o nível de ensino requerido para se aceder a uma dada profissão mais do que o tipo de tarefas desempenhadas; por outro, o perfil escolar dos trabalhadores de uma dada profissão podem ser influenciados pela sua idade – se os requisitos para se aceder a uma profissão aumentarem recentemente, os trabalhadores jovens poderão ser considerados sobrequalificados de forma errónea (McGuinness et al.,

2017). Há uma terceira limitação, particularmente importante na análise dos desajustamentos qualificacionais em países envolvidos num processo de recomposição acelerada dos níveis de escolaridade da população, como é o caso de Portugal: a alteração do nível médio ou modal de escolaridade para o conjunto da economia ou num dado setor de atividade configura uma verdadeira quebra de série de dados quando se promovem análises diacrónicas.

No segundo caso, parte-se de “uma equivalência definida *a priori* entre o nível de escolaridade e a profissão” (Flisi et al., 2017, p. 1215), determinada por especialistas na análise das profissões – método de análise normativa. A base de dados O*NET⁶ é um bom exemplo deste tipo de construção metodológica. As vantagens deste tipo de abordagem prendem-se com a definição, por parte de peritos, dos requisitos qualificacionais das diferentes profissões. As desvantagens decorrem dos custos envolvidos neste tipo de categorização, na necessidade da sua atualização periódica e da subjetividade que envolve este tipo de exercício. Uma estratégia metodológica equivalente é utilizada pela International Standard Classification of Occupations (ISCO), no sentido em que esta grelha de classificação das profissões define os requisitos educativos das profissões tendo como referência a International Standard Classification of Education (ISCED) – documentos que correspondem, em Portugal, à Classificação Portuguesa da Profissões (CPP) e Classificação Internacional Tipo da Educação (CITE).

Em todas as situações descritas é possível apurar o nível de subqualificação e sobrequalificação existente para cada profissão. Existe subqualificação quando o nível de escolaridade do trabalhador fica abaixo da média/moda apurada para esse indicador numa dada categoria profissional (subqualificação relativa) ou quando o nível de escolaridade do trabalhador é inferior ao nível de escolaridade *normativamente definido* dos trabalhadores de uma determinada profissão. O conceito de sobrequalificação refere-se precisamente ao oposto. A terceira situação verifica-se quando o perfil escolar do trabalhador se ajusta à média/moda apurada para esse indicador numa dada categoria profissional (ajustamento relativo) ou quando o nível de escolaridade do trabalhador vai ao encontro do nível de escolaridade normativamente definido para os trabalhadores de uma determinada profissão.

Este estudo promove uma análise destes três conceitos recorrendo a uma análise normativa baseada na relação entre profissão e o nível de escolaridade considerado adequado para o desempenho da mesma. A equivalência entre a profissão e o nível de escolaridade ajustado (qualificação escolar ajustada) tem como

⁶ A base de dados O*NET é financiada pelo U.S. Department of Labor, Employment & Training Administration. Este sistema descreve as características das profissões e os requisitos que os trabalhadores devem preencher para as exercer, tendo como referência a economia dos EUA. Descreve, portanto, as profissões em termos dos conhecimentos e competências necessários para o seu exercício, bem como as atividades e tarefas de trabalho desempenhadas em cada uma delas.

pressuposto que as tarefas e funções das profissões de cada Grande Grupo Profissional (GGP) exigem níveis específicos de competências. De acordo com a Classificação Portuguesa das Profissões de 2010 (INE, 2010, p. 20), “Uma profissão corresponde ao conjunto de postos de trabalho cujas principais tarefas e funções de- têm um elevado grau de afinidade e pressupõe conhecimentos semelhantes.” A capacidade para o exercício dessas tarefas e funções está associado a níveis de competências exigidas em cada GGP. Segundo a CPP 2010 (INE, 2010, p. 21), existem quatro níveis de competências:

- O nível de competências 1: compreende a execução de tarefas simples e de rotina física ou manual. Envolve tarefas, tais como, limpeza, transporte e armazenagem manual de bens e de materiais, operar veículos não motorizados, apanhar frutos e vegetais.

- O nível de competências 2: envolve a execução de tarefas relacionadas com a operação de máquinas e equipamento elétrico, condução de veículos, manutenção e reparação destes equipamentos, tratamento e arquivo da informação. Esta competência exige a capacidade para interpretar as instruções de segurança, executar cálculos aritméticos e registo de informação.

- O nível de competências 3: envolve a execução de tarefas técnicas e práticas complexas, compreendendo a preparação de estimativas de quantidades, custos de materiais e mão-de-obra para um projeto específico, a coordenação e supervisão das atividades de outros trabalhadores e a execução de funções técnicas de apoio aos especialistas.

- O nível de competências 4: envolve a execução de tarefas que requerem a resolução de problemas complexos e a investigação de domínios específicos, diagnóstico e tratamento de doenças, conceção de máquinas e de estruturas de construção.

A CPP 2010 estabelece equivalências entre estes níveis de competências e os grandes grupos de profissões. Assim, ao GGP 1 correspondem competências de nível 3 ou 4; ao GGP 2 correspondem competências de nível 4; ao GGP 3 correspondem competências de nível 3; aos GGP 4-8 correspondem competências de nível 2; e ao GGP 9 correspondem competências de nível 1.

Por sua vez, cada nível de competências está correlacionado com a Classificação Internacional Tipo de Ensino (CITE, 2011): as competências de nível 1 estão relacionadas com a primeira etapa do ensino básico – seis anos de escolaridade concluída (CITE 1); as competências de nível 2 estão relacionadas com níveis de ensino que variam entre a segunda etapa do ensino básico e o ensino pós-secundário – 9 a 12 anos de

escolaridade concluída (CITE 2-4); as competências de nível 3 correspondem aos cursos de ensino superior de curta duração (CITE 5b); as competências de nível 4 estão relacionadas com os restantes cursos de ensino superior (CITE 5a-8).

Neste sentido, a relação entre profissão e qualificação escolar diz também respeito a uma relação triangular entre profissão, qualificação escolar e nível de competências. Este estudo assume, em geral, esta correspondência triangular entre grandes grupos de profissões, os níveis de competência definidos e os níveis da CITE. Em relação aos trabalhadores que concluíram o ensino superior (CITE 5-8, nível de competências 3-4), considera-se que existe ajustamento se a profissão desempenhada se incluir no GGP 1-3, taxonomia que é de resto seguida pelo Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (CEDEFOP) e pelo Eurostat nas suas definições de sobrequalificação de graduados do ensino superior (CEDEFOP, 2024). Considera-se, em segundo lugar, que existe ajustamento quando quem concluiu um nível de ensino entre o 3.º ciclo do básico e o ensino pós-secundário (CITE 2-4, nível de competências 2) tem uma profissão dos GGP 4-8. Considera-se, por fim, que existe ajustamento quando quem concluiu o 1.º ou o 2.º ciclo do ensino básico (CITE 1, nível de competências 1) desempenha uma profissão do GGP 9.

A análise dos ajustamentos e desajustamentos qualificacionais em Portugal terá como fonte informativa os microdados dos Quadros de Pessoal. Esta fonte de informação tem uma natureza administrativa e refere-se aos trabalhadores e pessoal ao serviço do setor privado lucrativo e não lucrativo, bem como aos trabalhadores do setor público com contratos individuais de trabalho. A análise teve como objeto as pessoas ao serviço nos estabelecimentos.⁷ Nas situações em que as pessoas ao serviço tinham mais do que um posto de trabalho, considerou-se apenas o posto de trabalho com uma maior carga horária.

Como se referirá mais à frente, a leitura dos dados apurados a partir desta fonte devem ter em consideração a especificidade do seu universo empírico de referência e o método de recolha da informação, pois em alguns casos existe um hiato significativo quando se comparam dados dos Quadros Pessoal com os de outras fontes, nomeadamente o Inquérito ao Emprego. Enquanto os dados dos Quadros de Pessoal são recolhidos administrativamente e excluem a maior parte do emprego público, o Inquérito ao Emprego é aplicado a uma amostra da população residente, cobrindo o emprego do setor público e do setor privado lucrativo e não lucrativo. Em segundo lugar, os dados dos Quadros de Pessoal analisados não têm em consideração os traba-

⁷ Pessoas que no período de referência efetuaram qualquer trabalho remunerado de pelo menos uma hora para o estabelecimento, independentemente do vínculo que tinham. Inclui as pessoas temporariamente ausentes, nas datas de referência, por férias, maternidade, conflito de trabalho, formação profissional, assim como por doença e acidente de trabalho de duração igual ou inferior a um mês. Inclui ainda os sócios-gerentes, cooperantes e familiares que trabalham nas datas de referência, tendo recebido por esse trabalho uma remuneração. Exclui os trabalhadores a cumprir serviço militar, em regime de licença sem vencimento, em desempenho de cargos públicos (vereadores, deputados).

lhadores por conta própria sem trabalhadores a cargo, categoria que é considerada no Inquérito ao Emprego. Antes de se analisar a informação trabalhada sobre os ajustamentos e desajustamentos qualificacionais, importa atentar sumariamente em formas específicas de desajustamento entre a oferta e a procura de qualificações: o desemprego e outras situações análogas.

5. Análise dos (des)ajustamentos de qualificação escolar através de indicadores alargados de desemprego

Um dos indicadores tipicamente convocados para analisar até que ponto o investimento em educação por parte dos indivíduos e das famílias é recompensado prende-se com a incidência do desemprego de acordo com o nível de escolaridade (OECD, 2023). O investimento em educação implica necessariamente um custo de oportunidade para indivíduos e famílias, pelo que o investimento financeiro e de tempo em qualificações deve, em tese, ter um retorno significativo – desde logo, na relação com o emprego.

A taxa de desemprego em Portugal tem variado de forma significativa de acordo com o nível de escolaridade, embora não linearmente. Num espaço de três décadas, a população que concluiu o ensino superior registou sempre valores para a incidência do desemprego inferiores aos apurados para o conjunto da população. Na primeira metade dos anos de 1990 esse hiato era bastante pronunciado, devido à escassez de trabalhadores com formação superior num contexto de forte aumento da procura de mão de obra com esse perfil. Nas últimas duas décadas, essa diferença perdeu alguma amplitude, com exceção do período da Grande Recessão, no qual a diferença entre a taxa de desemprego da população que concluiu o ensino superior e a do total da população tendeu a situar-se próxima dos 4 p.p.

Uma das particularidades que Portugal apresenta no contexto europeu ao nível das estatísticas do mercado de trabalho prende-se com o facto de a taxa de desemprego da população que concluiu o ensino secundário ou pós-secundário ser, em vários períodos, mais elevada do que a da população que não foi além do ensino básico. As explicações para este facto, que merecem ser aprofundadas num estudo próprio, deverão estar associadas:

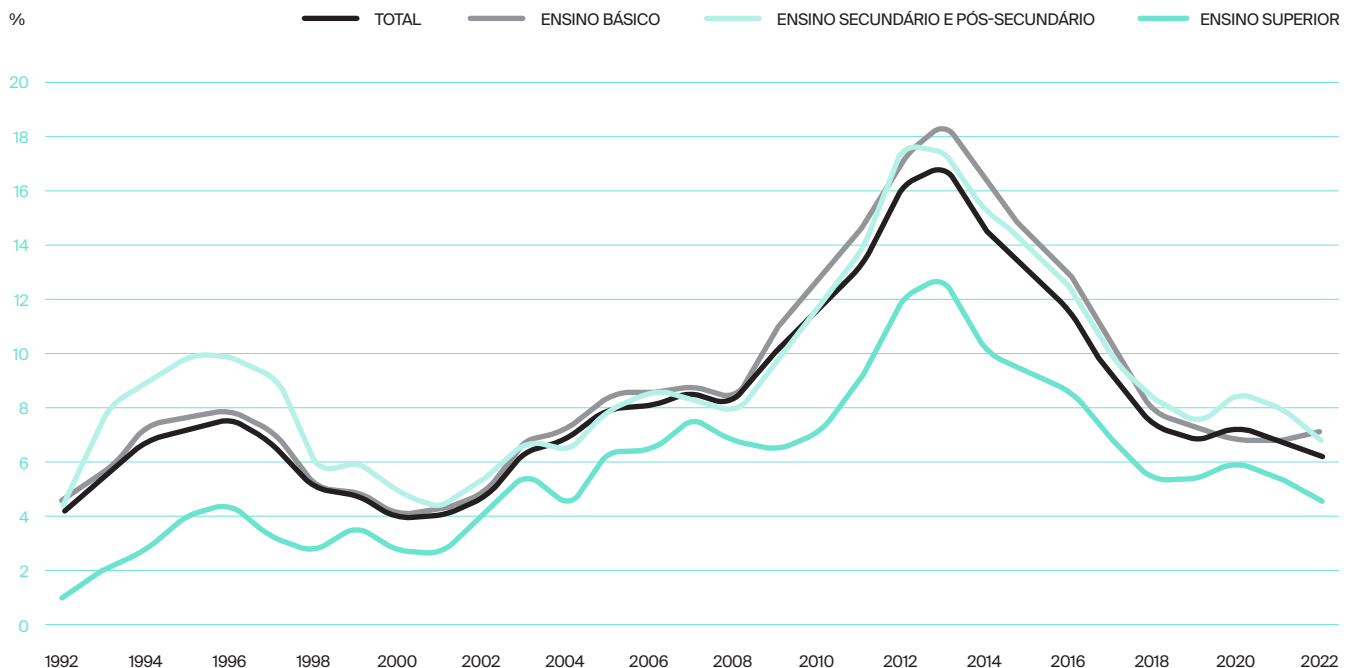
- ao predomínio da conclusão do ensino secundário pela via generalista – apesar do aumento do peso das vias profissionalizantes verificado a partir de meados de 2000;

- ao facto de esse predomínio da via generalista se traduzir numa oferta de mão de obra sem competências específicas, desvalorizada por parte das empresas e outras entidades num quadro de forte aumento da oferta de mão de obra com qualificação de nível superior, cujas remunerações, nos grupos etários mais jovens, são tipicamente baixas;

- à eventual desadequação entre o tipo de conhecimentos e competências veiculados/as nos cursos profissionalizantes e as necessidades das empresas de certos territórios e/ou setores.

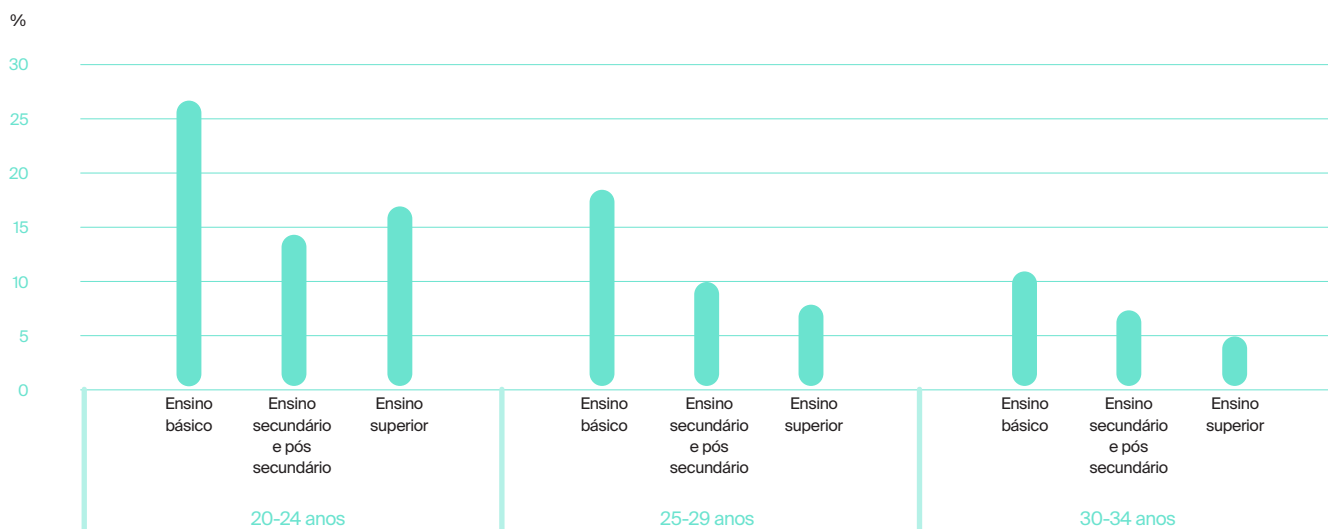
A Figura 2 revela que, entre a população mais jovem, a incidência do desemprego tende a ser maior quanto menor é o nível de escolaridade. A exceção a esta evidência verifica-se na coorte dos 20-24 anos, facto que se explica pelo facto de a idade superior deste grupo ser próxima da idade de graduação de muitos jovens, o que implica um tempo mais reduzido para a procura de emprego. Em todos os grupos considerados, a taxa de desemprego dos jovens com baixas qualificações é bastante elevada, particularmente na coorte dos 20-24 anos (26,6%) e dos 25-29 anos (18,3%), o que indica que num contexto de aumento elevado da qualificação da população mais jovem, os menos qualificados estão a ser fortemente excluídos do mercado de trabalho.

Figura 1. Taxa de desemprego em Portugal, por nível de escolaridade, Portugal (1992-2022) (%)



Fonte: DataLABOR, fonte primária: Eurostat (Labour force survey). Taxa de desemprego.

Figura 2. Taxa de desemprego nos grupos etários mais jovens, por nível de escolaridade, Portugal (2022) (%)



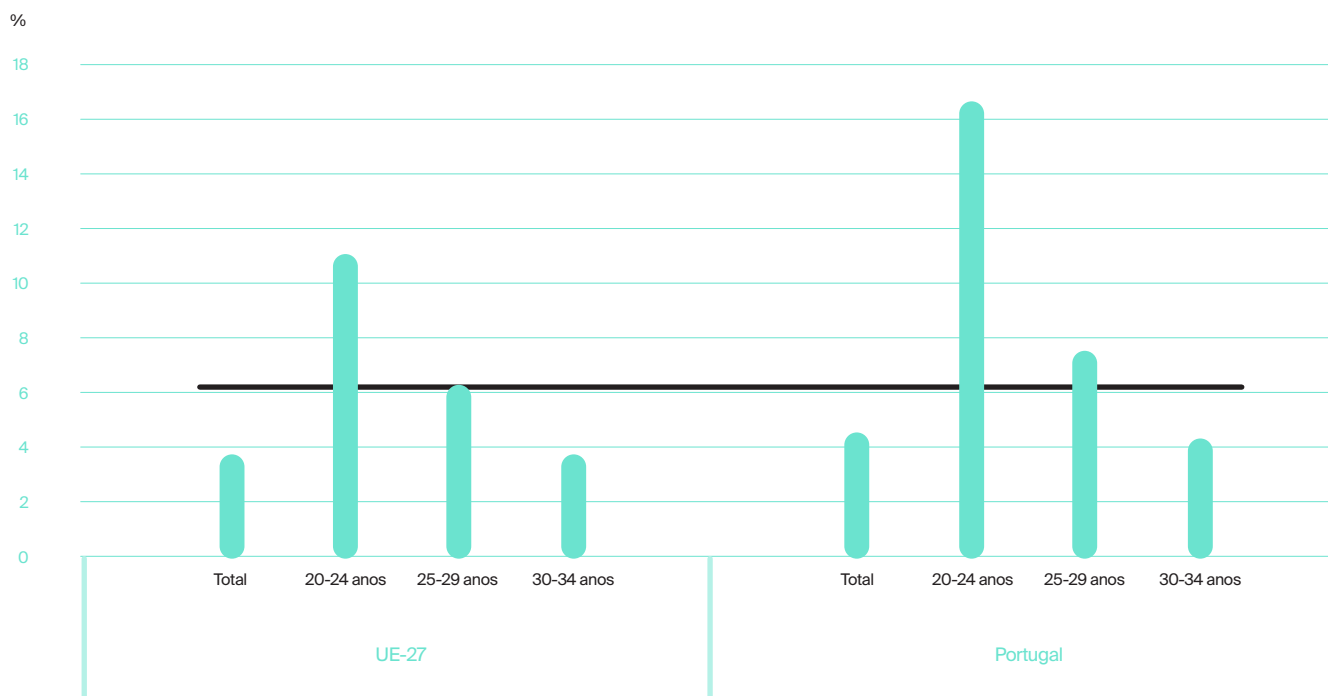
Fonte: DataLABOR, fonte primária: Eurostat (Labour force survey). [Taxa de desemprego](#).

No grupo dos 25-29 anos, a taxa de desemprego de quem não foi além do ensino básico é 10,6 p.p. mais elevada face à observada entre quem concluiu o ensino superior (18,3% para 7,7%), no grupo dos 30-34 anos essa diferença é de 6,3 p.p. (10,7% para 4,4%).

O ensino superior tem, portanto, um efeito considerável na diminuição da incidência do desemprego em Portugal. A taxa de desemprego em Portugal e nos países da UE-27 era, em 2022, igual: 6,3%. No entanto, quando se compara a incidência do desemprego entre quem concluiu o ensino superior, o valor registado em Portugal é um pouco mais elevado face ao observado naquele conjunto de países (4,6% para 3,8%), diferença que se agudiza na coorte dos 20-24 anos.

Uma outra dimensão que importa ter em consideração na análise do impacto das qualificações prende-se com a relação entre o nível de escolaridade da população e a duração do desemprego. A qualificação de nível superior reduz não só a probabilidade de uma pessoa se encontrar numa situação de desemprego, mas também a duração de permanência nessa situação, tal como é possível observar na Figura 4: 11 meses, bastante abaixo do apurado para os outros dois níveis de escolaridade em causa.

Figura 3. Taxa de desemprego da população que concluiu o ensino superior, por grupos etários mais jovens, Portugal e UE-27 (2022) (%)

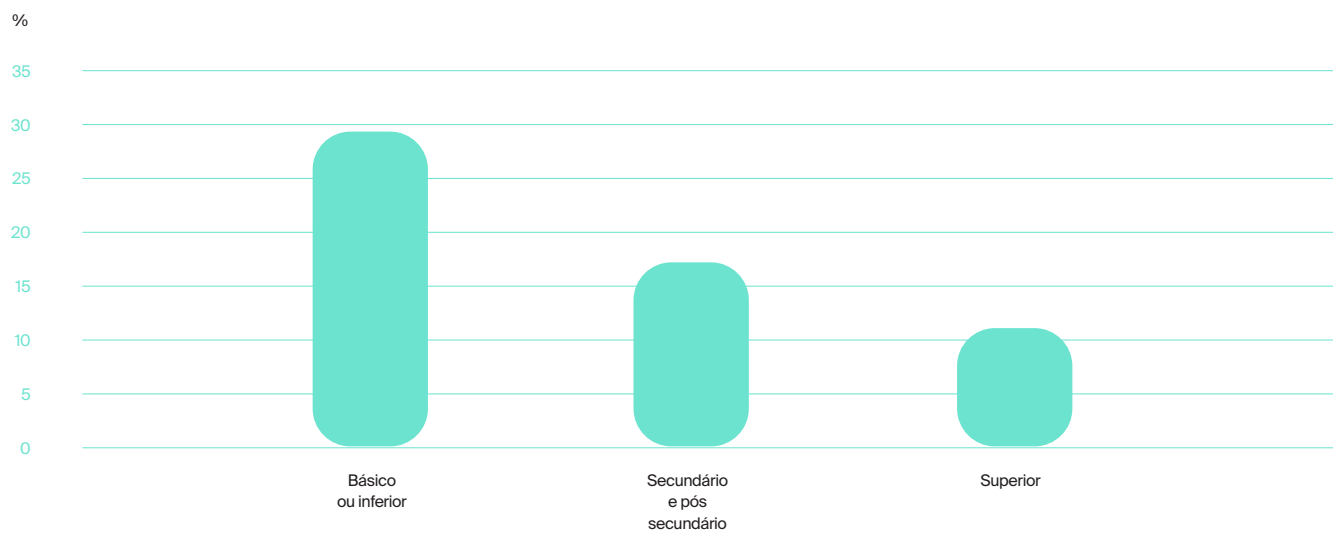


Fonte: DataLABOR, fonte primária: Eurostat (Labour force survey). [Taxa de desemprego](#).

A qualificação intermédia não tem efeitos positivos na redução da taxa de desemprego face ao observado entre a população com qualificações baixas. Mas tal já não se verifica quando se analisa a duração do desemprego: 17 meses entre a população com qualificações intermédias, 29 meses entre a população que concluiu no máximo o 9.º ano de escolaridade.

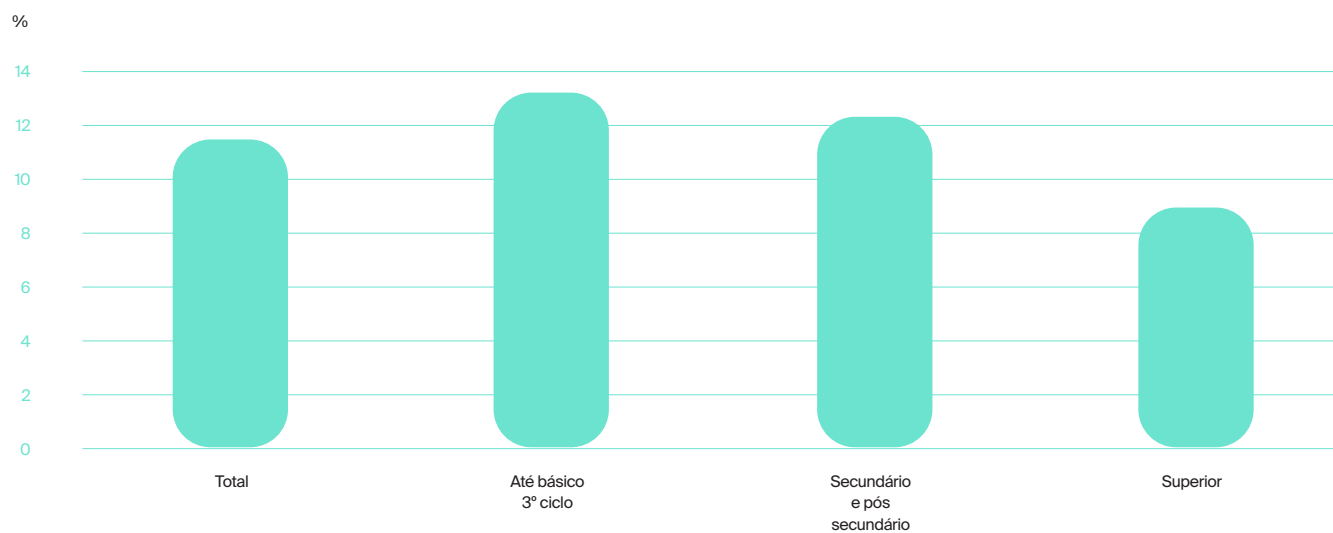
A taxa de subutilização do trabalho ajuda a complementar a análise efetuada, na medida em que consiste num indicador compósito que além das situações de desemprego tem também em consideração o subemprego de trabalhadores a tempo parcial, os inativos à procura de emprego mas não disponíveis e os inativos disponíveis mas que não procuram emprego (este subgrupo tem um peso significativo). A Figura 5 permite observar que a taxa de subutilização do trabalho entre a população que concluiu o ensino superior era, em 2022, de 8,9%, ou seja, 3,4 p.p. e 4,2 p.p. inferior à de quem concluiu no máximo o ensino secundário ou pós-secundário e o ensino básico, respetivamente.

Figura 4. Duração do desemprego, por nível de escolaridade, Portugal (4.º trimestre de 2022) (%)



Fonte: Cálculos próprios a partir dos microdados do Inquérito ao emprego (INE).

Figura 5. Taxa de subutilização do trabalho, por nível de escolaridade, Portugal (2022) (%)

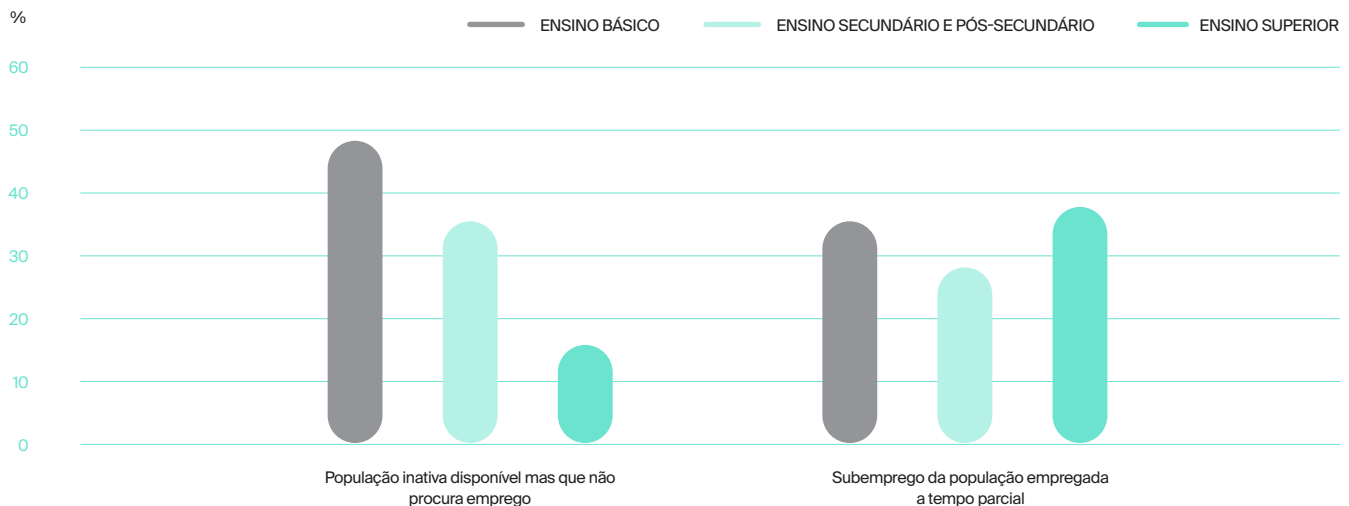


Fonte: DataLABOR, fonte primária: INE (Inquérito ao emprego). Taxa de subutilização do trabalho.

Entre os indicadores suplementares de desemprego que integram o conceito estatístico de subutilização do trabalho, os que têm uma expressão numérica mais significativa são os inativos disponíveis, mas que não procuram emprego e os trabalhadores que trabalham a tempo parcial, mas que gostariam e teriam disponibilidade para trabalhar mais horas (subemprego).⁸ Se no caso dos inativos disponíveis cerca de metade apresentam baixas qualificações e apenas 16% concluíram o ensino superior, no perfil escolar da população que se encontra numa situação de subemprego existe uma distribuição mais equilibrada entre as três categorias escolares.

A análise efetuada neste ponto permite concluir que a qualificação de nível superior é um recurso estruturante na relação com o mercado de trabalho e que tem efeitos positivos graduais associados ao tempo de participação no mercado de trabalho.

Figura 6. Perfil escolar dos inativos disponíveis, mas que não procuram emprego e da população numa situação de subemprego, Portugal (2022) (%)



Fonte: DataLABOR, fonte primária: INE (Inquérito ao emprego). População inativa disponível mas que não procura emprego; Subemprego da população empregada a tempo parcial.

A análise efetuada neste ponto permite concluir que a qualificação de nível superior é um recurso estruturante na relação com o mercado de trabalho e que tem efeitos positivos graduais associados ao tempo de participação no mercado de trabalho.

⁸ A população inativa disponível, mas que não procura emprego situou-se, em 2022, em 128,7 mil pessoas, o subemprego da população empregada a tempo parcial em 140,5 mil, enquanto a população inativa à procura de emprego, mas não disponível tinha uma expressão bastante mais reduzida: apenas 30,7 mil pessoas.

6. Ajustamento, subqualificação e sobrequalificação: incidências categoriais e setoriais

Neste ponto será feita uma análise da evolução recente de três indicadores referentes ao ajustamento e desajustamento (subqualificação e sobrequalificação) entre qualificações escolares e profissão em Portugal. Como se referiu atrás, o país conheceu nas últimas duas décadas um aumento acelerado do perfil qualificacional da sua força de trabalho. Atentando no processo de recomposição qualificacional verificado no setor privado⁹ (dados dos Quadros de Pessoal), constata-se que, em 2002, apenas 17,7% das pessoas ao serviço tinham concluído o ensino secundário e 9,1% um nível superior de ensino (DGEEP, 2005), enquanto, em 2021, esses valores tinham aumentado para 32,3% e 22,7%, respetivamente. Ainda assim, em 2021, cerca de 45% desses trabalhadores do setor privado não tinham ido além do ensino básico.

Antes de se analisarem os dados importa recordar os critérios de categorização dos (des)ajustamentos qualificacionais utilizados, de acordo com o denominado método normativo.

Operacionalização dos conceitos de subqualificação, ajustamento qualificacional e sobrequalificação

. Subqualificação: pessoas que não têm qualquer nível de ensino e trabalham numa profissão do GGP 9; pessoas que concluíram no máximo o 2.º ciclo do ensino básico completo (CITE 1) e exerçam profissões dos GGP 1-8; pessoas com o 3.º ciclo do ensino básico, ensino secundário ou ensino pós-secundário completos (CITE 2-4) e que exerçam profissões dos GGP 1-3.

. Ajustamento qualificacional: pessoas que concluíram no máximo o 1.º ou o 2.º ciclo do ensino básico (CITE 1) e exerçam profissões dos GGP 9; pessoas que concluíram o 3.º ciclo do ensino básico, o ensino secundário ou o ensino pós-secundário (CITE 2-4) e que exerçam profissões dos GGP 4-8; pessoas que concluíram o ensino superior e que exercem profissões dos GGP 1-3.

. Sobrequalificação: pessoas que concluíram o 3.º ciclo do ensino básico, ensino secundário ou pós-secundário (CITE 2-4) e que exerçam profissões do GGP 9; pessoas que concluíram o ensino superior (CITE 5-8) e que exercem profissões dos GGP 4-9.

⁹ Como se referiu atrás, os dados dos Quadros de Pessoal referem-se às pessoas ao serviço e aos TCO do setor privado e aos trabalhadores do setor público que têm contratos individuais de trabalho. Como estes são minoritários, e por facilidade expositiva, será mencionado que os dados se referem ao setor privado.

Tabela 1. Correspondência entre categorias de ajustamento qualificacional, Grandes Grupos de Profissões da CPP 2010 e níveis de escolaridade

CPP 2010	Nível de escolaridade mais elevado concluído				
GGP 1-3	Nenhum ou 1.º ciclo EB	1.º ou 2.º Ciclos EB	3.º Ciclo EB	Ensino secundário e pós-secundário	Ensino superior
GGP 4-8	Nenhum	1.º ou 2.º Ciclos EB	3.º Ciclo EB	Ensino secundário e pós-secundário	Ensino superior
GGP 9	Nenhum	1.º ou 2.º Ciclos EB	3.º Ciclo EB	Ensino secundário e pós-secundário	Ensino superior

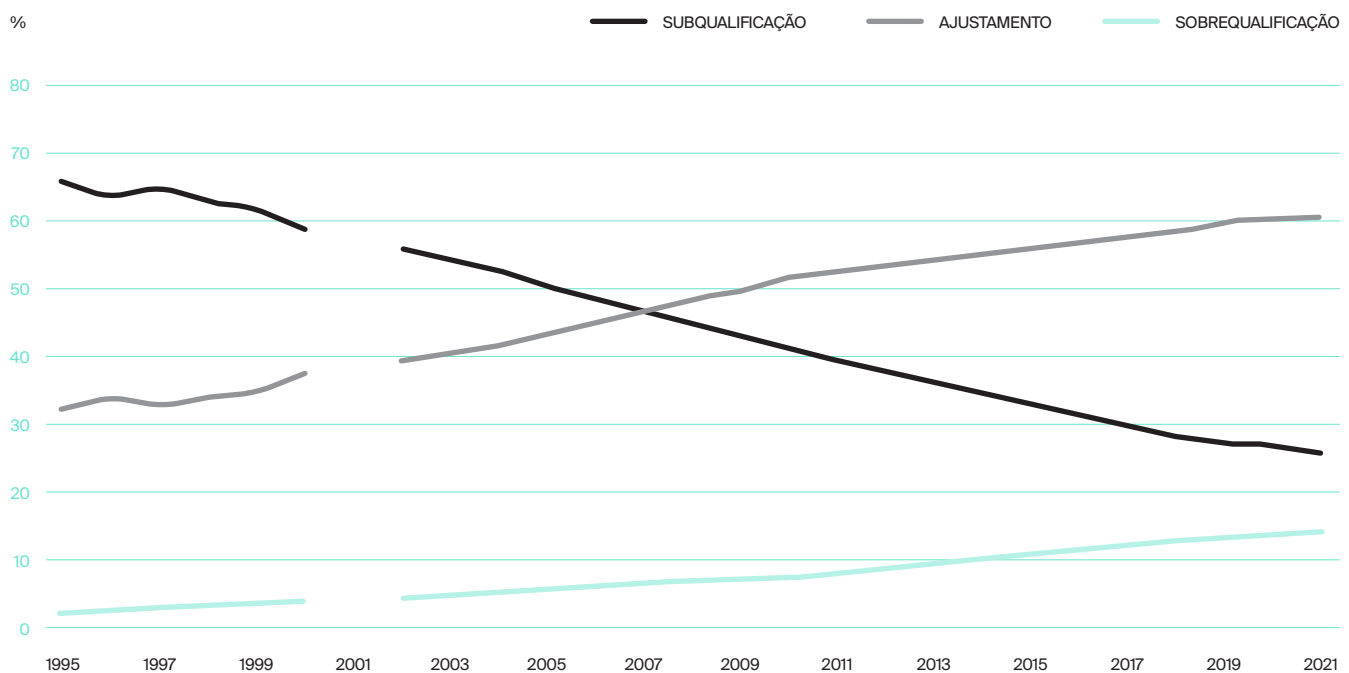
Legenda	Sobrequalificação	Ajustamento	Subqualificação
---------	-------------------	-------------	-----------------

A Figura 7 ilustra a evolução da subqualificação, do ajustamento qualificacional e da sobrequalificação em Portugal continental para um período longo, balizado entre 1995-2021. Neste espaço de cerca de duas décadas e meia é possível observar um conjunto de tendências relevantes. Desde logo, o facto de o peso da subqualificação ter diminuído fortemente e, a partir de 2007, deixar de ser a situação modal. Em 1995, 65,2% da população empregada no setor privado era subqualificada, isto é, tinha habilitações escolares inferiores às habilitações expectavelmente necessárias para o exercício das tarefas e funções exigidas pela sua profissão; no ano de 2021, esse valor tinha caído para 25,5%. O ajustamento de qualificações, que, em 1995, representava apenas 32,6% das situações de emprego, caracterizava, em 2021, 60,6% do emprego. Quanto à sobrequalificação, que, em 1995, tinha uma incidência de apenas 2,2%, viu a sua expressão crescer paulatinamente, representando, em 2021, 13,8% do emprego.

O facto de a subqualificação ter diminuído fortemente e o ajustamento qualificacional ter aumentado de forma significativa, num contexto de aumento acentuado do nível de escolaridade da população empregada, indica que a economia portuguesa tem conseguido recompor-se e criar perfis de empregos adequados ao perfil mais qualificado da força de trabalho disponível. Ainda assim, existem duas questões que importa realçar: por um lado, a subqualificação continua a ter uma expressão bastante elevada, devido, no essencial, a um efeito de *stock* que tenderá a diminuir por via da substituição de gerações no emprego; por outro, o aumento da sobrequalificação indica que uma parte relevante dos recursos humanos qualificados estão a ser desaproveitados – ou, pelo menos, a executar funções e tarefas com um nível de complexidade que não exigem ou formação de nível secundário ou formação de nível superior.

Por um lado, a subqualificação continua a ter uma expressão bastante elevada, devido, no essencial, a um efeito de stock que tenderá a diminuir por via da substituição de gerações no emprego; por outro, o aumento da sobrequalificação indica que uma parte relevante dos recursos humanos qualificados estão a ser desaproveitados

Figura 7. Ajustamento e desajustamento das qualificações das pessoas ao serviço, Portugal continental (1995-2021) (%)



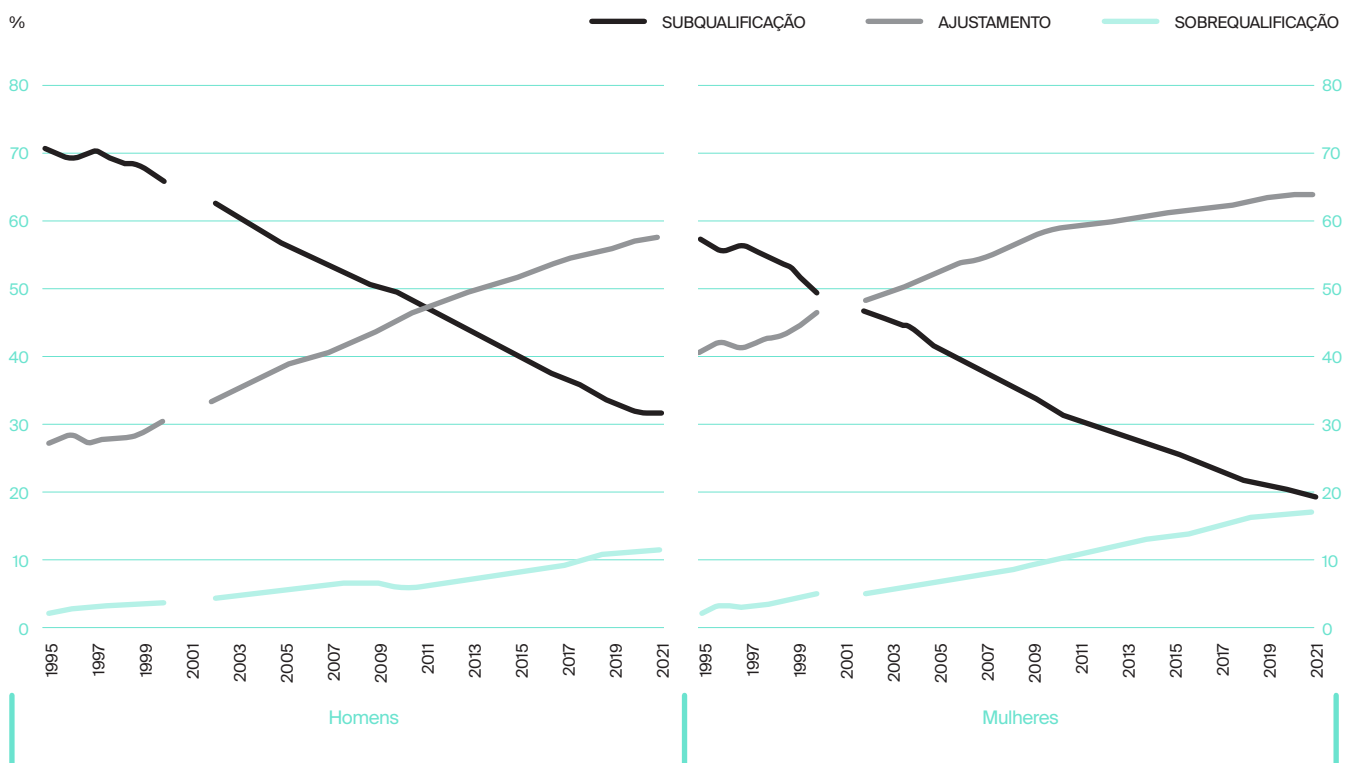
Fonte: Cálculos próprios a partir dos microdados dos Quadros de Pessoal (GEP/MTSS). Dados disponíveis em [DataLABOR](#). Nota: Não há dados para o ano de 2001.

As figuras seguintes desdobram a análise tendo em conta um conjunto de categorias sociais e setores de atividade económica. Tal como é demonstrado na Figura 8, ambos os sexos partilham a mesma tendência de quebra da subqualificação e crescimento da sobrequalificação ao longo do período 1995-2021. No entanto, é igualmente notório que a subqualificação é consistentemente mais comum no emprego masculino, onde passou de 70,6% em 1995 para 31,0% em 2021, do que no feminino, onde a queda no mesmo período é de 57,0% para 19,3%.

Já no que respeita à sobrequalificação, assiste-se à situação inversa. Se no início do período em análise os valores eram muito próximos (2,4% para as mulheres e 2,0% para os homens), em 2021, a sobrequalificação feminina era já bastante superior à verificada entre os homens: 16,7% para 11,3%, respetivamente.

O facto de a subqualificação ter uma maior incidência entre os homens e a sobrequalificação ser mais frequente entre as mulheres traduz um conjunto de desigualdades de oportunidade no mercado de trabalho associadas às discriminações de género: os homens desempenham muitas vezes profissões funcionalmente mais exigentes do que as suas qualificações formais (subqualificação), as mulheres exercem mais frequentemente profissões que ficam aquém das suas qualificações (sobrequalificação). A este nível importa aprofundar uma questão: até que ponto os valores mais elevados de sobrequalificação que se verificam entre as mulheres se devem essencialmente a assimetrias de género no acesso a empregos compatíveis com um diploma de ensino superior ou se são, pelo menos em parte, um reflexo dos níveis de qualificação bastante mais elevados das mulheres mais jovens face ao dos homens da mesma idade?

Figura 8. Ajustamento e desajustamento das qualificações das pessoas ao serviço, por sexo, Portugal continental (1995-2021) (%)

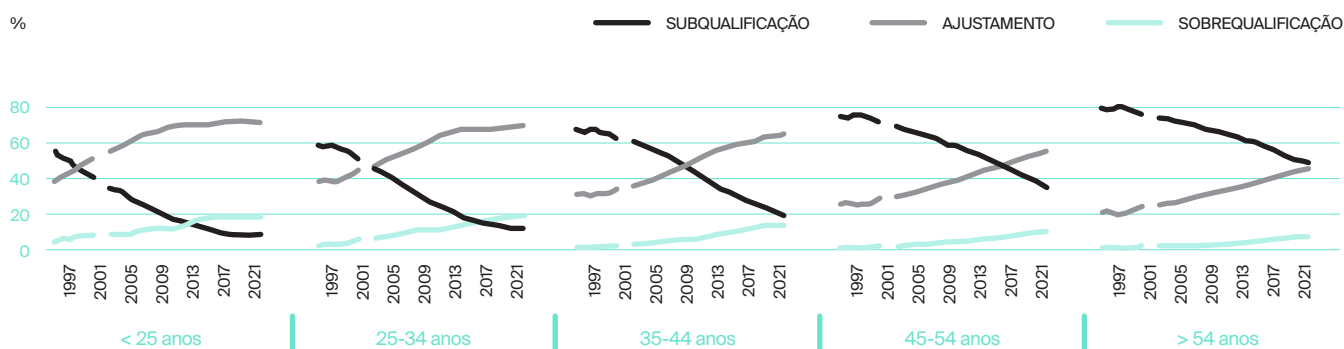


Fonte: Cálculos próprios a partir dos microdados dos Quadros de Pessoal (GEP/MTSS). [Dados disponíveis em DataLABOR](#). Nota: Não há dados para o ano de 2001.

A proporção de situações de subqualificação decresceu em todos os grupos etários, mas atinge os valores mais baixos entre os mais jovens. Em 2021, a subqualificação assumia-se como a situação modal apenas na coorte dos 55 ou mais anos, onde abrangia 47,8% dos seus efetivos. Entre as coortes mais jovens, a subqualificação tinha incidências bastante mais baixas nesse ano: 9,0% e 11,7% para as pessoas ao serviço com menos de 25 anos e entre 25-34 anos, respetivamente.

Pelo contrário, as situações de sobrequalificação aumentaram em todos os grupos etários, mas atingem os valores mais elevados entre as pessoas com menos de 44 anos. É também nestes grupos etários que se verifica uma maior prevalência de ajustamento qualifcacional, cifrando-se, para 2021, em 65,2% para o grupo etário dos 35-44 anos, 69,0% para o grupo entre os 25 e os 34 anos e 71,6% para o grupo dos menores de 25 anos.

Figura 9. Ajustamento e desajustamento das qualificações das pessoas ao serviço, por grupo etário, Portugal continental (1995-2021) (%)

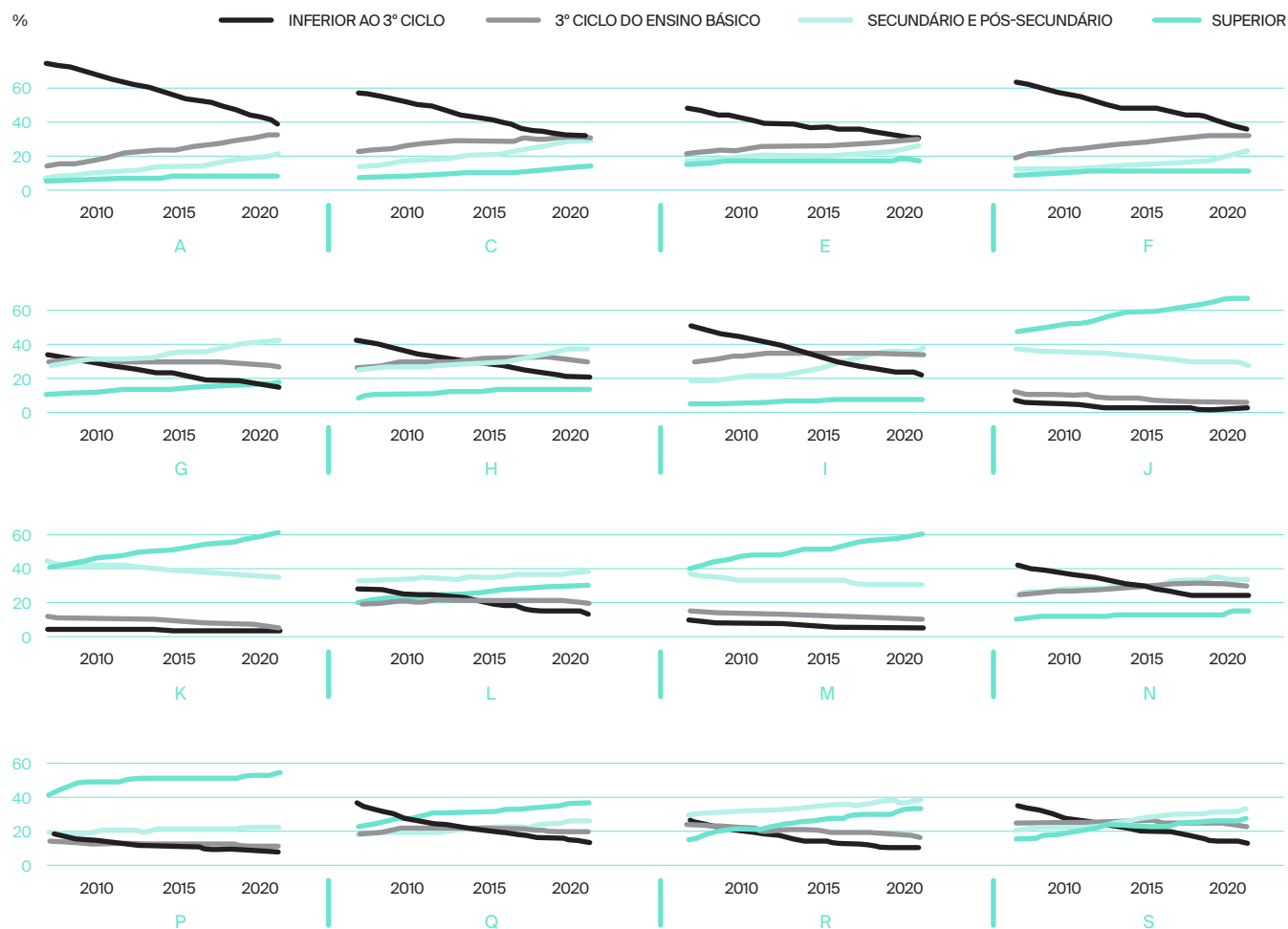


Fonte: Cálculos próprios a partir dos microdados dos Quadros de Pessoal (GEP/MTSSS). Dados disponíveis em DataLABOR. Nota: Não há dados para o ano de 2001.

Antes de se abordar a distribuição do ajustamento das qualificações por setor de atividade económica, é necessário ter em conta que os setores apresentam estruturas de qualificações muito distintas, resultante das características da sua atividade e das profissões a ela referentes. Tal permite enquadrar o significado da sobrequalificação e da subqualificação.

Verifica-se que o declínio da proporção de pessoas ao serviço que concluíram no máximo o ensino básico é transversal, mas isso não impede que, em vários setores, esse perfil representasse mais de metade do pessoal, casos da Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (A), Indústria transformadora (C),

Figura 10. Distribuição dos níveis de escolaridade máxima das pessoas ao serviço, por atividade económica (2007-2021) (%)



Fonte: Cálculos próprios a partir dos microdados dos Quadros de Pessoal (GEP/MTSS).

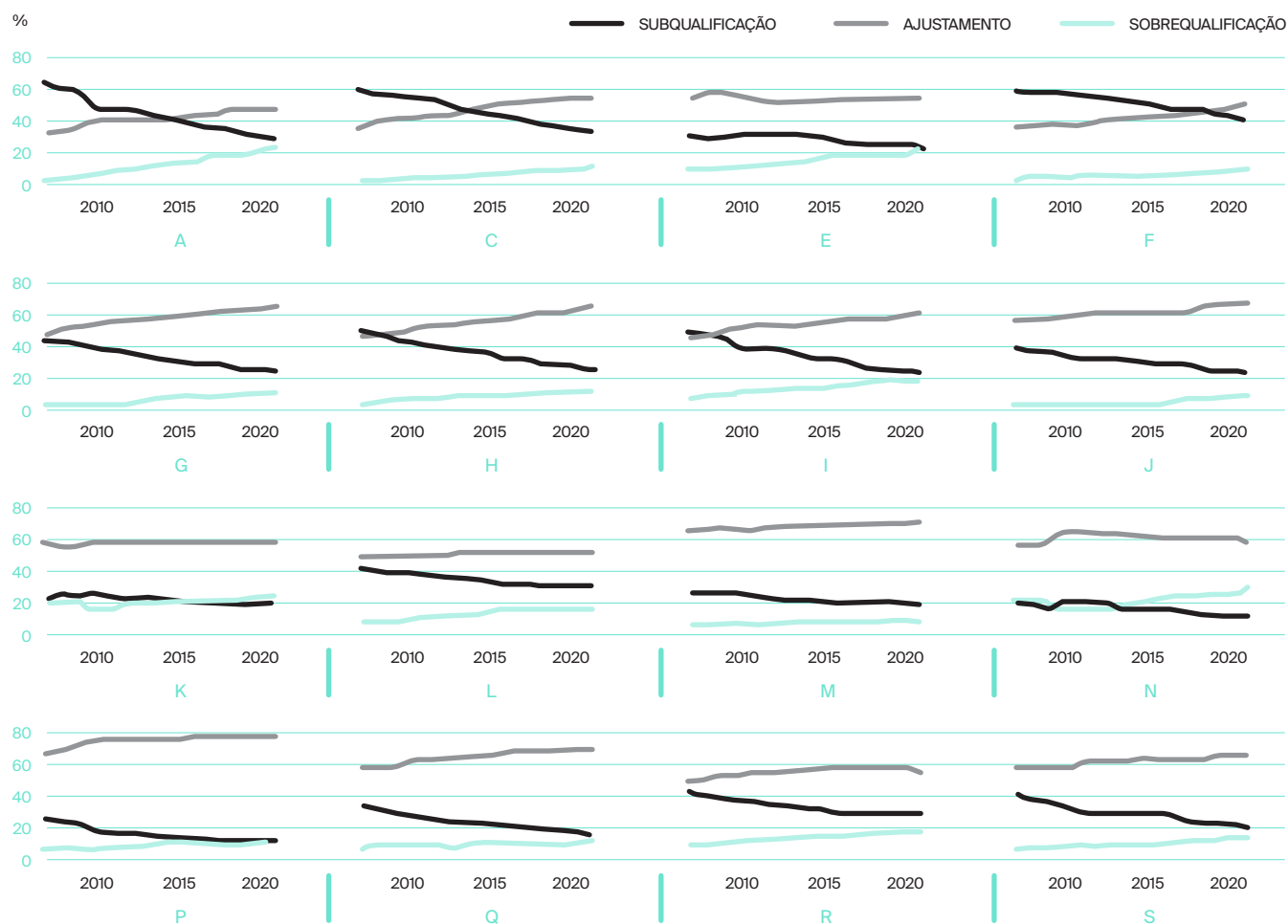
Nota: Foram selecionadas apenas as atividades económicas com mais de 15 mil pessoas ao serviço.

Construção (F), Transportes e armazenagem (H), Alojamento, restauração e similares (I), e Atividades administrativas e dos serviços de apoio (N).¹⁰

Também o crescimento da proporção de pessoas ao serviço com diploma de ensino superior é transversal, mas de forma muito mais pronunciada em setores onde já eram a maioria – como é o caso das secções da

¹⁰ Classificação das atividades económicas: Secção A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca; Secção C - Indústrias Transformadoras; Secção E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento gestão de resíduos e despoluição; Secção F - Construção; Secção G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motocicletas; Secção H - Transportes e armazenagem; Secção I - Alojamento, restauração e similares; Secção J - Atividades de informação e de comunicação; Secção K - Atividades financeiras e de seguros; Secção L - Atividades Imobiliárias; Secção M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; Secção N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio; Secção P - Educação; Secção Q - Atividades de saúde humana e apoio social; Secção R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas; Secção S - Outras Atividades de serviços.

Figura 11. Ajustamento e desajustamento das qualificações, por atividade económica, Portugal continental (2007-2021) (%)



CAE Atividades de informação e comunicação (J), Atividades financeiras e de seguros (K), Atividades de consultoria científicas (M) e Educação (P).

Importa referir os casos dos setores onde a proporção de pessoas ao serviço com ensino secundário se aproxima da proporção de trabalhadores com ensino básico ou até se torna maioritária. É o caso das secções da CAE Comércio por grosso e a retalho (G), Atividades imobiliárias (L), Administração Pública e Defesa (O), Atividades artísticas, de espetáculos desportivas e recreativas (R) e Outros serviços de apoio (S).

Tendo esta realidade em conta, verifica-se que a subqualificação, embora em declínio gradual, continua a ser uma característica transversal em vários setores da economia. Em 2021, os valores de subqualificação são inferiores a 15% apenas nas secções Educação (P) e Atividades administrativas e dos serviços de apoio (N), sendo que em setores como a Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (A), Indústrias Transformadoras (C) e Atividades Imobiliárias (L) o valor deste indicador supera os 30% e, no setor Construção (F), os 40%.

Já a sobrequalificação, apesar do seu crescimento transversal, tem uma incidência de 20% ou mais apenas na Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (A), nas Atividades financeiras e de seguros (K) e nas Atividades administrativas e dos serviços de apoio (N).

No caso do setor N, trata-se de atividades que se caracterizam por uma forte precariedade contratual, o que pode indiciar a existência de um nexo precariedade-sobrequalificação – que reforçaria a hipótese de estarmos a falar de facetas diferentes de um mesmo fenómeno.

7. A sobrequalificação escolar dos trabalhadores com ensino superior: incidências categoriais e setoriais

No ponto anterior analisaram-se os ajustamentos e desajustamentos das qualificações no emprego do setor privado em Portugal. Um dos fenómenos mensurados foi o da incidência da sobrequalificação no conjunto da população empregada. Recorde-se que, no âmbito do presente estudo, é considerado sobrequalificado: (a) quem tem um diploma de ensino superior e cuja profissão não é uma das constantes dos grandes grupos profissionais 1-3 ou (b) quem concluiu pelo menos o 3.º ciclo do ensino básico (9 anos) e tem uma profissão do GGP 9. Como se referiu, num contexto em que o ensino básico é ainda modal, a incidência da sobrequalificação no conjunto da população empregada no setor privado tem uma expressão bastante menor face ao fenómeno da subqualificação.

Este ponto será dedicado à análise da incidência categorial da sobrequalificação no universo específico da população que concluiu o ensino superior. No ponto anterior mediu-se a sobrequalificação no total emprego do setor privado. Neste, o denominador será apenas constituído pelos trabalhadores que concluíram o ensino superior. É, por isso, expectável que os valores agora apurados sejam mais elevados face aos anteriormente apresentados.

A análise do fenómeno da sobrequalificação é uma perspetiva analítica muito relevante para a reflexão em torno do aproveitamento económico do investimento feito na qualificação da população portuguesa. A pergunta que se coloca a este nível é a seguinte: até que ponto a qualificação da força de trabalho está a ser aproveitada pela economia portuguesa? Como se referiu, a sobrequalificação é, na sua aceção normativa, apurada através da comparação entre o perfil escolar do trabalhador e a sua profissão. De acordo com a lógica classificatória normativa aqui adotada, todas as pessoas com um diploma de ensino superior estão numa situação de sobrequalificação quando desempenham uma profissão dos GGP 4 a 9.

A Figura 12 ilustra a evolução da sobrequalificação das pessoas ao serviço do setor privado com ensino superior num período relativamente longo, de 1995 a 2021. Nela destacam-se três intervalos diferentes. Um primeiro, entre 1995 e 2000, em que se observa um crescimento rápido do valor deste indicador – de 11,1% em 1995 para 18,3% em 1998 – seguido de uma quebra ligeira – para 16,6% em 2000. Um segundo período, de 2002 a 2018, que é caracterizado por uma tendência de crescimento mais gradual, apenas interrompida por pequenas quebras pontuais em 2006 e 2010. Neste período, o valor do indicador de sobrequalificação para os diplomados do ensino superior passou de 17,8%, em 2002, para 24,9%, em 2018. O terceiro momento, ainda pouco expressivo do ponto de vista da sua amplitude temporal e marcado pelo advento da COVID-19, caracteriza-se por uma estabilização do valor deste indicador em torno da marca dos 25% – o que representa cerca de 177,6 mil trabalhadores para o ano de 2021.

As figuras seguintes apresentam informação relativa à distribuição da sobrequalificação por sexo, idade e atividade económica. A primeira demonstra que a sobrequalificação entre as pessoas ao serviço com ensino superior é consistentemente mais elevada entre as mulheres do que entre os homens, facto que decorre da segregação horizontal e vertical do emprego de acordo com o sexo dos trabalhadores. É certo que a sobrequalificação feminina estabilizou e até tem decaído nos últimos anos, enquanto a sobrequalificação masculina tem continuado a crescer. Ainda assim, em 2021, a proporção de mulheres ao serviço que se encontrava em situação de sobrequalificação era superior em 8,6 p.p. à proporção de homens nas mesmas condições.

Figura 12. Pessoas ao serviço com diploma de ensino superior em situação de sobrequalificação, Portugal continental (1995-2021) (%)

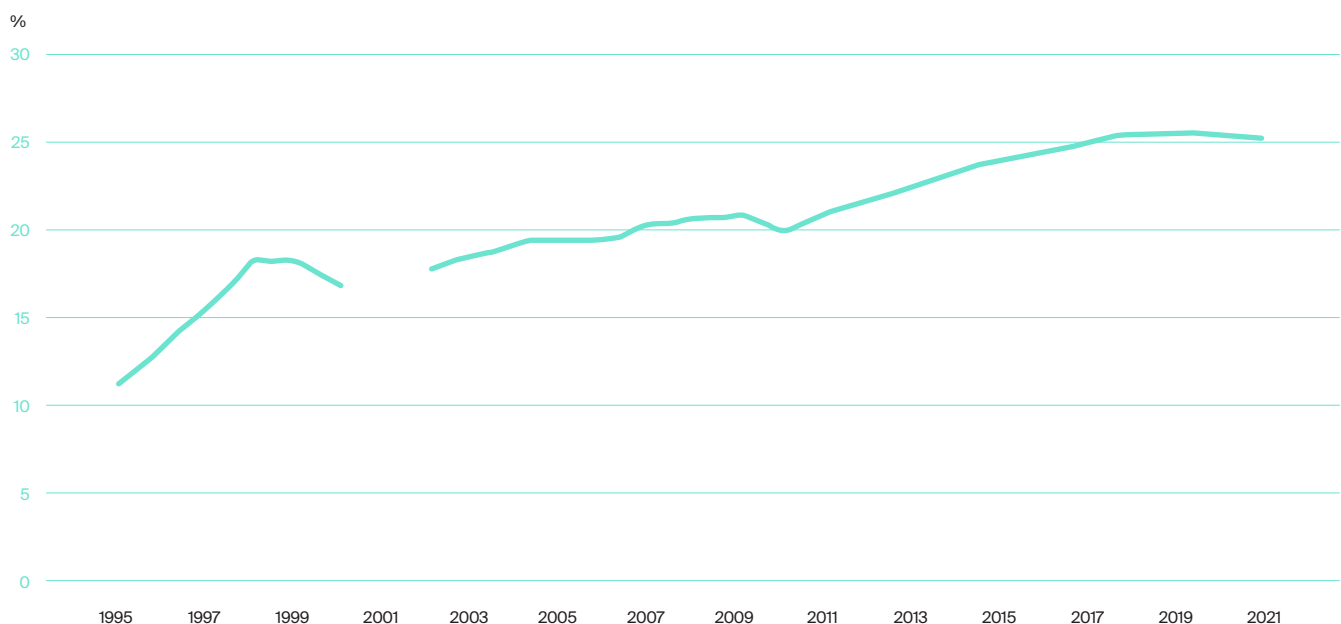
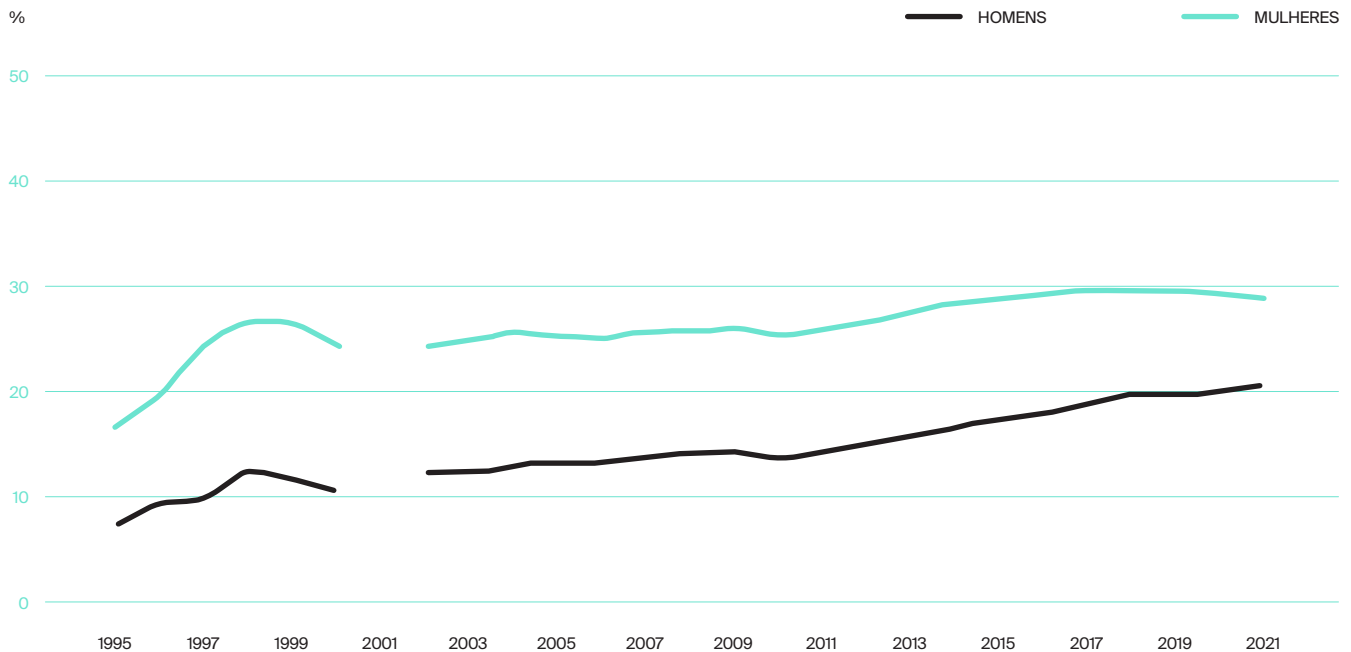
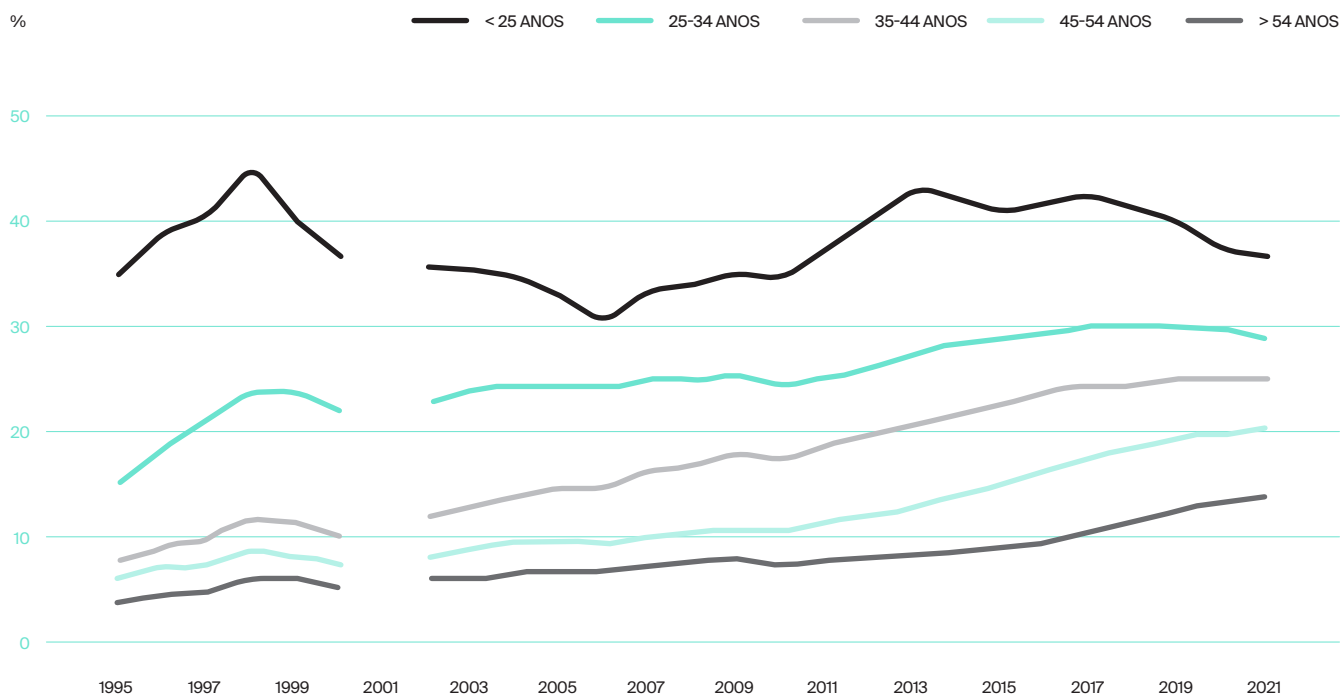


Figura 13. Pessoas ao serviço com diploma de ensino superior em situação de sobrequalificação, por sexo, Portugal continental (1995-2021) (%)

Fonte: Cálculos próprios a partir dos microdados dos Quadros de Pessoal (GEP/MTSS). [Dados disponíveis em DataLABOR.](#)

A Figura 14 retrata duas tendências fundamentais: a primeira, expectável, é a de que a sobrequalificação é muito mais comum entre os mais jovens; a segunda, prende-se com as diferenças na evolução deste indicador nos últimos anos consoante o grupo etário. Se nos dois grupos etários mais jovens a sobrequalificação dos diplomados do ensino superior tem estabilizado – e, no caso dos menores de 25 anos, até decaído –, nos restantes grupos observa-se uma tendência de crescimento, que é particularmente evidente nas coortes mais velhas. A interpretação desta segunda conclusão deve ser cautelosa e suportada em futuros aprofundamentos. Ainda assim ela parece revelar, por um lado, que a adequação entre qualificações e profissão no início do trajeto laboral tem melhorado na última década; por outro, e tal como se demonstrará no ponto 9 deste estudo, que a sobrequalificação é uma realidade que tende a ter efeitos cumulativos ao longo da trajetória laboral e é esse facto que contribui para a explicação do aumento desse desajustamento qualificacional nos grupos etários a partir dos 35 anos considerados na figura seguinte.

Em relação à primeira asserção, importa, no entanto, questionar até que ponto a melhoria do ajustamento entre qualificações e profissão entre os mais jovens não é ela própria também justificada pela emigração de ativos qualificados? Tendo em conta que a emigração se concentra sobretudo entre os jovens e que é entre

Figura 14. Pessoas ao serviço com diploma de ensino superior em situação de sobrequalificação, por grupo etário, Portugal continental (1995-2021) (%)

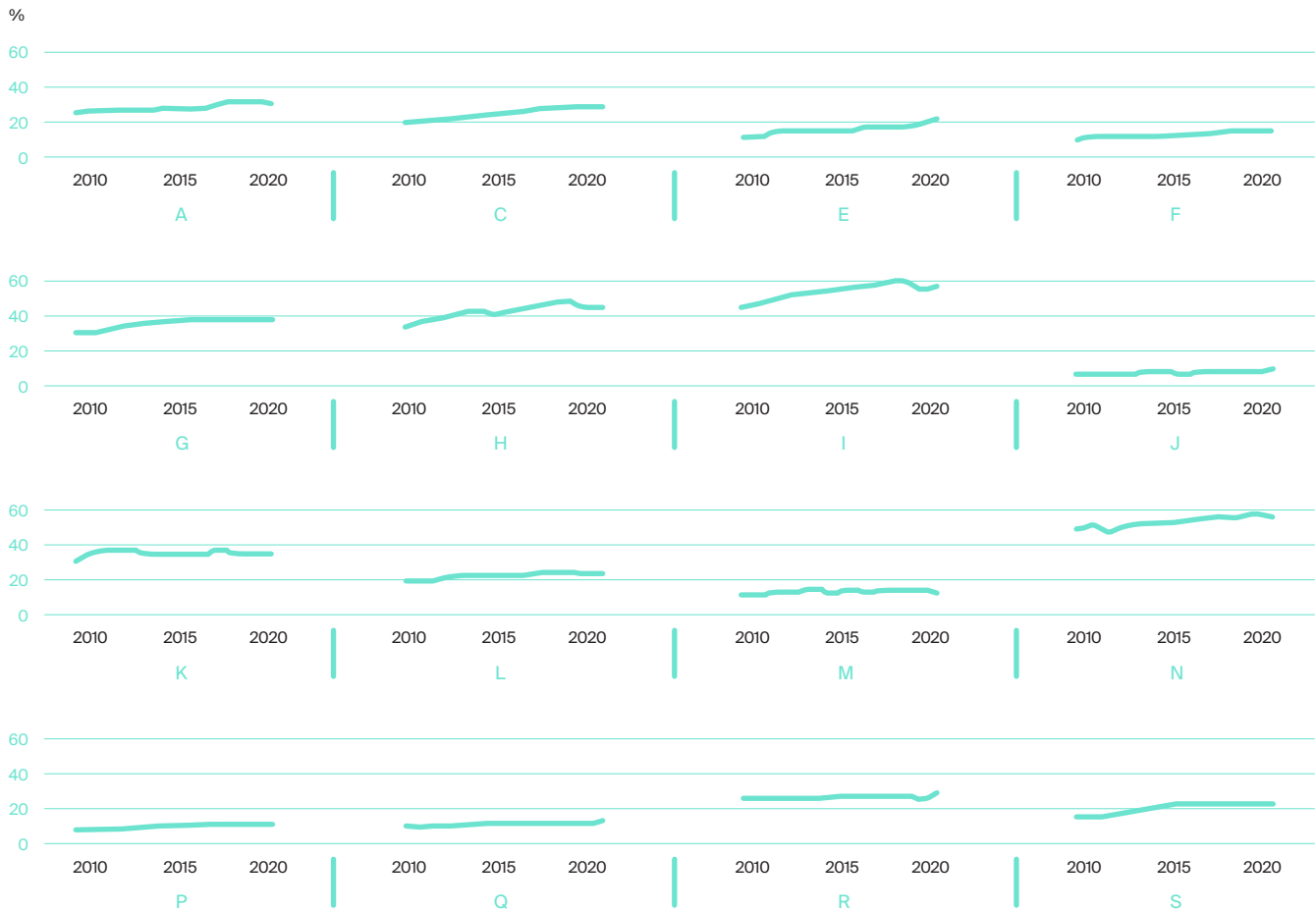
Fonte: Cálculos próprios a partir dos microdados dos Quadros de Pessoal (GEP/MTSSS). [Dados disponíveis em DataLABOR.](#)

estes que as qualificações escolares elevadas estão mais generalizadas, é verosímil que a emigração de ativos qualificados esteja a retirar pressão ao lado da procura, criando, neste sentido, condições para um melhor ajustamento entre a oferta e a procura de qualificações de nível superior.

A figura seguinte, já restrita ao período de 2010-2021, demonstra que a incidência da sobrequalificação varia bastante consoante a atividade económica. Ela é mais expressiva na Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (A), no Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (G), nos Transportes e armazenagem (H), no Alojamento, restauração e similares (I), nas Atividades financeiras e de seguros (K) e nas Atividades administrativas e dos serviços de apoio (N).

As atividades económicas em que a incidência da sobrequalificação é menor são as da Construção (F), das Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (J), da Educação (P) e das Atividades de saúde humana e apoio social (Q).

Figura 15. Pessoas ao serviço com diploma de ensino superior em situação de sobrequalificação, por atividade económica, Portugal continental (2010-2021) (%)



Fonte: Cálculos próprios a partir dos microdados dos Quadros de Pessoal (GEP/MTSS). Dados disponíveis em DataLABOR.

Nota: Foram selecionadas apenas as atividades económicas com mais de 15 mil pessoas ao serviço.

Os dados apresentados nesta figura constituem um elemento relevante para a reflexão em torno dos fatores que induzem os desajustamentos qualificacionais no mercado de trabalho. O crescimento do emprego em Portugal nos últimos anos tem sido bastante assimétrico do ponto setorial. Tal como tem sido observado noutros estudos (por exemplo, Caldas et al., 2020; Reis, 2023), os setores do Alojamento, restauração e similares (I) e das Atividades administrativas e dos serviços de apoio (N) têm assumido um protagonismo intenso na dinâmica de criação líquida de emprego em Portugal. O que neste estudo se demonstra é que esses dois setores são dos que registam uma maior incidência da desadequação entre as qualificações escolares dos trabalhadores e as profissões exercidas. Este facto revela um processo de desajustamento qualificacional espoletado a partir de condicionalismos do lado da procura de qualificações – uma parte importante da dinâmica de criação de emprego é feita em setores que podemos designar como “sobrequelificantes”.

Este facto revela um processo de desajustamento qualificacional espoletado a partir de condicionalismos do lado da procura de qualificações – uma parte importante da dinâmica de criação de emprego é feita em setores que podemos designar como “sobrequalificantes”.

A magnitude global da sobrequalificação no setor privado, mensurada a partir dos microdados dos Quadros de Pessoal, é bastante superior ao apurado para o conjunto da população residente em Portugal pelo Inquérito ao Emprego (Labour Force Survey). De acordo com esta última fonte, a sobrequalificação da população que concluiu o ensino superior era, em 2021, de 14,5%. Como se referiu, o facto desta fonte ter também em consideração os trabalhadores da administração pública e os trabalhadores independentes ajuda a explicar uma parte da diferença. Mas existirão outras explicações que importará aprofundar noutro estudo.¹¹

¹¹ Este não é o único caso em que se verifica um hiato muito significativo entre dados apurados através dos Quadros de Pessoal e os que se baseiam no Inquérito ao Emprego. A incidência da contratação não permanente, muito mais elevada quando se analisam os dados dos Quadros de Pessoal do que os do Inquérito ao Emprego, é um outro exemplo desta diferença apenas parcialmente explicada pelos diferentes universos de emprego de referência.

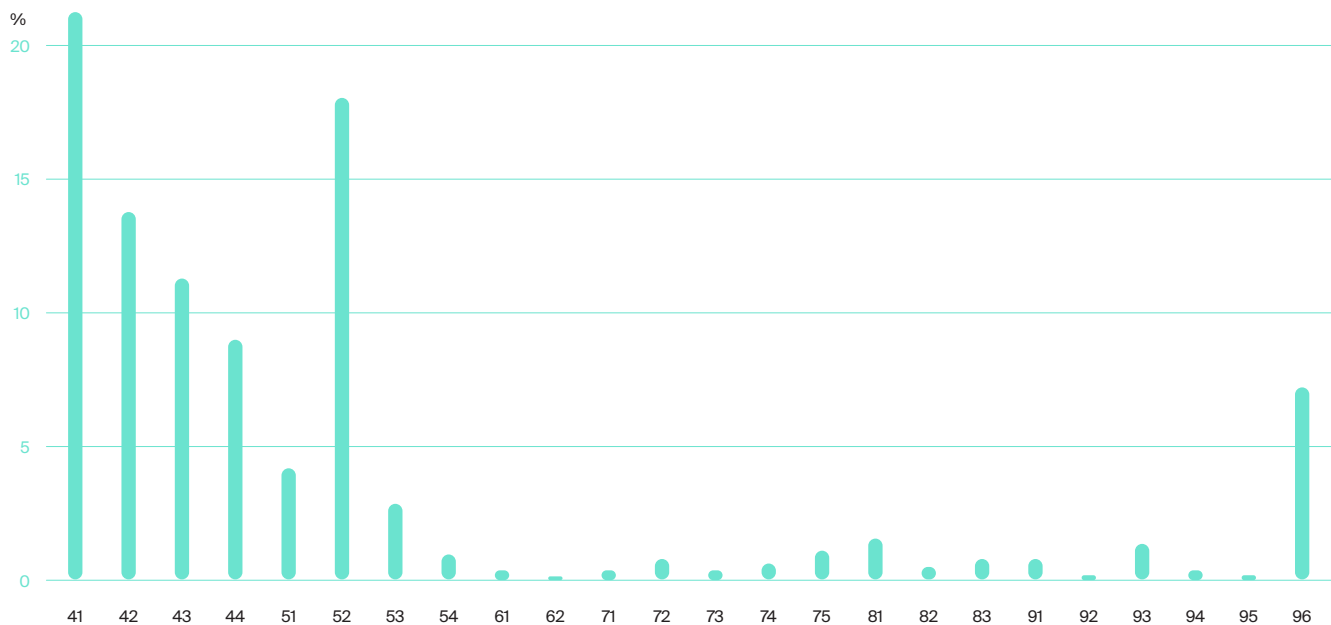
8. Em que profissões e setores se concentra o pessoal com ensino superior sobrequalificado?

No ponto anterior mediu-se a incidência categorial e setorial da sobrequalificação do pessoal ao serviço com o ensino superior que trabalham no setor privado. Importa complementar essa análise com o apuramento das profissões e das atividades económicas em que essas pessoas laboram. As figuras 16 e 17 demonstram que existe uma elevada concentração profissional e setorial deste grupo.

Podemos ver que 55,9% das pessoas ao serviço sobrequalificadas que concluíram o ensino superior exerciam, em 2021, uma profissão do GGP 4 e 26,5% uma profissão do GGP 5. Mais em pormenor, destacam-se o subgrupo dos Empregados de escritório, secretários em geral e operadores de processamento de dados (subgrupo 41) e o dos vendedores (52) que abrangem respetivamente 21,5% e 18,2% do total de diplomados do ensino superior em situação de sobrequalificação. Seguem-se os subgrupos Pessoal de apoio directo a clientes (42) e Operadores de dados, de contabilidade, estatística, de serviços financeiros e relacionados com o Registo (43), com 13,9% e 11,4%, respetivamente. Finalmente, refira-se o facto de 7,3% dos trabalhadores com ensino superior em situação de sobrequalificação desempenharem profissões do subgrupo dos trabalhadores dos resíduos e outros serviços elementares (96) – um subgrupo onde, de acordo com a tipologia utilizada no presente estudo, as qualificações de referência são o 1º e 2º ciclo do ensino básico.

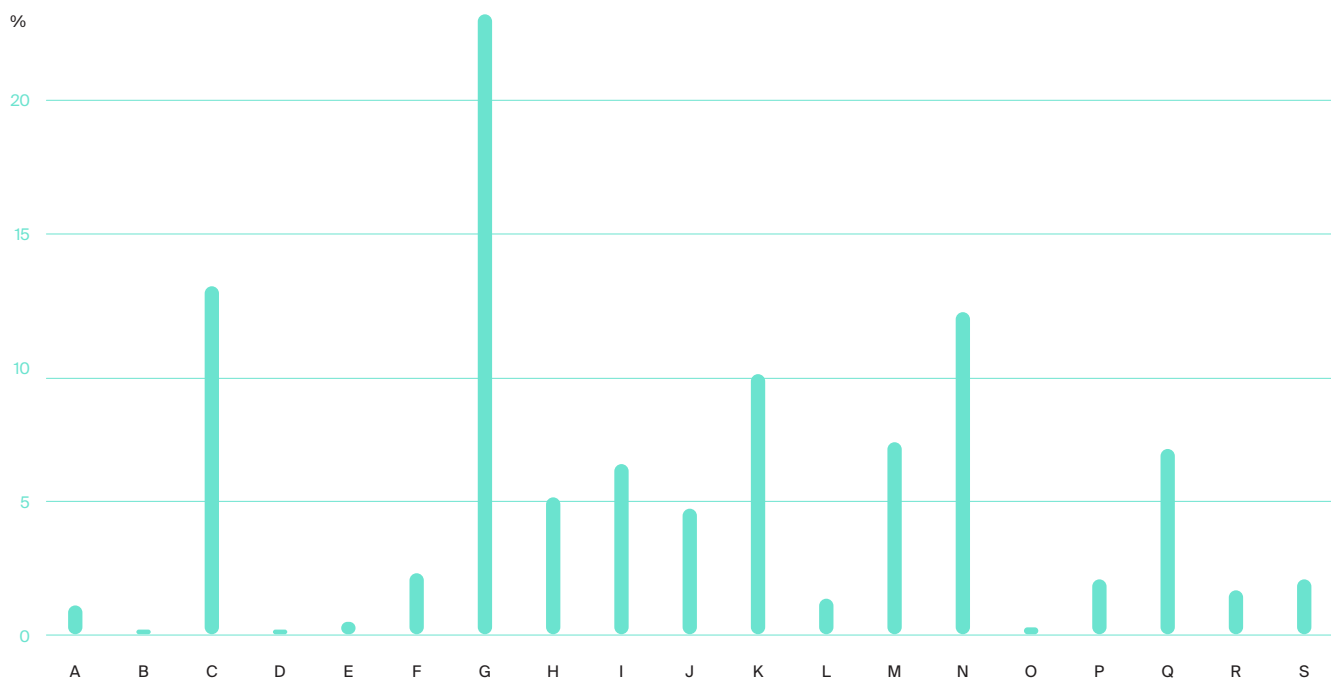
Olhando agora para os diferentes setores de atividade económica, podemos verificar que o setor do Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (G) concentra 23,2% das pessoas ao serviço em situação de sobrequalificação que concluíram o ensino superior, seguido pelo setor das indústrias transformadoras (C), com 13,1%. Estes são os dois setores de atividade que mais empregam em Portugal. O setor Financeiro (K) e o das Atividades administrativas e dos serviços de apoio (N), menos relevantes do ponto de vista do volume de emprego, são os outros dois setores que apresentam valores mais elevados para este indicador. Em relação ao peso do setor financeiro, e tendo em consideração os dados anteriormente apresentados, tal estará muito provavelmente associado ao desempenho da profissão de vendedor do pessoal ao serviço em causa.

Figura 16. Distribuição das pessoas ao serviço com diploma de ensino superior em situação de sobrequalificação, por profissão, Portugal continental (2021) (%)



Fonte: Cálculos próprios a partir dos microdados dos Quadros de Pessoal (GEP/MTSSS).

Figura 17. Distribuição das pessoas ao serviço com diploma de ensino superior em situação de sobrequalificação, por atividade económica, Portugal continental (2021) (%)



Fonte: Cálculos próprios a partir dos microdados dos Quadros de Pessoal (GEP/MTSSS).

As duas figuras anteriores permitem concluir que, se em relação à distribuição profissional dos trabalhadores com ensino superior sobrequalificados existe uma elevada concentração em dois subgrupos, em relação à distribuição setorial destes trabalhadores parece haver um maior equilíbrio, com destaque para as atividades económicas que mais empregam, mas também para setores que têm contribuído para o aumento do emprego em Portugal nos últimos anos – em particular, o setor das Atividades administrativas e dos serviços de apoio (N).

Se em relação à distribuição profissional dos trabalhadores com ensino superior sobrequalificados existe uma elevada concentração em dois subgrupos, em relação à distribuição setorial destes trabalhadores parece haver um maior equilíbrio, com destaque para as atividades económicas que mais empregam, mas também para setores que têm contribuído para o aumento do emprego em Portugal nos últimos anos

9. O ponto de partida importa

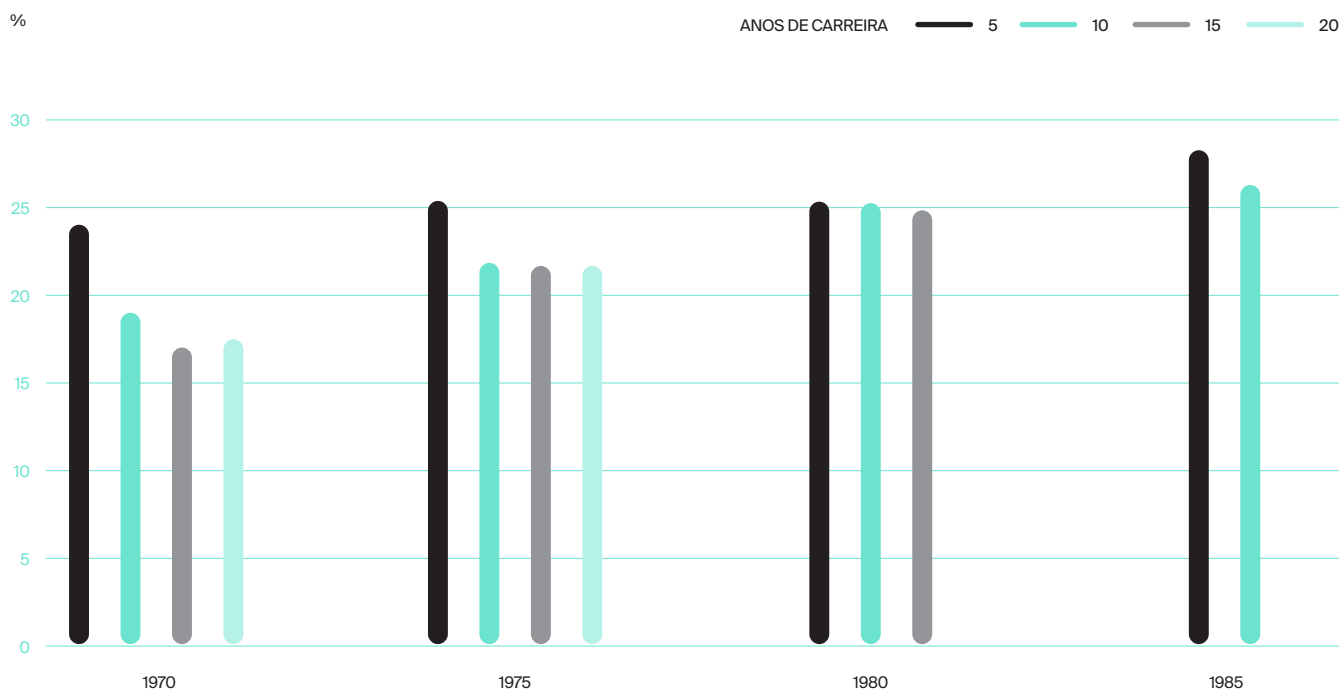
A sobrequalificação da população empregada com diploma do ensino superior tem incidências e concentrações diferenciadas de acordo com as categorias sociais e os setores de atividade económica em causa. É isso que demonstram as secções anteriores deste estudo. Mas até que ponto o fenómeno do desajustamento qualificacional, em particular a sobrequalificação da população empregada com diploma do ensino superior, é influenciado pelos trajetos no mercado de trabalho? Até que ponto a amplitude da sobrequalificação escolar desta população varia de forma significativa ao longo do trajeto laboral, esbatendo-se de forma progressiva? E até que ponto este tipo de tendência varia consoante as gerações em análise? A informação inscrita na Figura 18 permite responder, pelo menos de forma aproximada ou exploratória, a estas questões. Os dados apresentados dizem respeito à incidência da sobrequalificação das pessoas ao serviço com ensino superior de quatro coortes – nascidos em 1970, 1975, 1980 e 1985 –, de acordo com a duração esperada do seu trajeto no mercado de trabalho.¹² No caso das gerações de 1970 e 1975 é possível analisar quatro momentos (5, 10, 15 e 20 anos de duração do trajeto laboral) num período de 20 anos; pelo facto de os seus trajetos no mercado de trabalho serem necessariamente mais curtos, os momentos de análise da sobrequalificação das coortes de 1980 e 1985 reportam-se a um período de 15 e 10 anos de duração do trajeto laboral, respetivamente.

A informação apresentada demonstra que o perfil de variação da incidência da sobrequalificação dos diplomados do ensino superior não é comum às quatro coortes em causa. Na geração nascida em 1970, verifica-se que a incidência da sobrequalificação no início do trajeto laboral foi a mais baixa e a que mais diminuiu ao longo desse percurso: de 24,4% nos primeiros cinco anos para 17,6% ao fim de 20 anos de carreira.

No caso da geração nascida em 1975, a incidência da sobrequalificação ao fim de cinco anos de trabalho era de 25,5% – ou seja, superior em 1,1 p.p. à observada na coorte anterior. A redução do valor deste indicador produz-se principalmente na passagem para os 10 anos de duração do trajeto profissional. Ainda assim, ao fim de 20 anos de trabalho, a incidência da sobrequalificação das pessoas ao serviço com ensino superior nesta coorte era de 21,8% – um valor 4.2 p.p. superior ao registado para a coorte etária nascida em 1970 para a mesma duração de trajeto.

¹² No âmbito deste estudo, a duração esperada do trajeto profissional assume uma entrada típica no mercado de trabalho aos 24 anos, correspondendo grosseiramente ao tempo necessário para a conclusão de uma licenciatura pré-Bolonha e de um ciclo licenciatura + mestrado pós-Bolonha, iniciado aos 18 anos.

Figura 18. Pessoas ao serviço com diploma de ensino superior em situação de sobrequalificação, por coorte e duração da carreira (5, 10, 15 e 20 anos), Portugal continental (%)



Fonte: Cálculos próprios a partir dos microdados dos Quadros de Pessoal (GEP/MTSSS).

Em relação à coorte nascida em 1980, o valor deste indicador ao fim de cinco anos de trabalho é idêntico ao da geração anterior. No entanto, a redução da sobrequalificação com o avançar do trajeto profissional é muito mais ténue, com a proporção de situações de sobrequalificação ao fim de 15 anos de trajeto profissional a cifrar-se em 24,9% – o que representa um declínio de apenas 0,6 p.p. e constitui um valor bastante superior ao registado para as duas gerações anteriores no momento homólogo do seu trajeto.

Para a coorte nascida em 1985, os níveis de sobrequalificação das pessoas ao serviço com formação superior ao fim de cinco anos de carreira são mais elevados do que em qualquer uma das gerações anteriores, atingindo os 28,6%. E, sendo certo que a sobrequalificação desta coorte aos 10 anos de trajeto sofre uma queda mais acentuada do que na coorte anterior – 2,0 p.p. contra 0,6 p.p. – o seu valor é, ainda assim, o mais elevado entre todas as coortes naquele ponto do trajeto, atingindo os 26,4%.

Os dados apresentados na Figura 18 apontam para duas tendências importantes. A primeira é que os anos iniciais são determinantes para o (des)ajustamento entre qualificações académicas e profissão no resto da

Os anos iniciais são determinantes para o (des)ajustamento entre qualificações académicas e profissão no resto da carreira profissional de uma pessoa detentora de um diploma de ensino superior.

carreira profissional de uma pessoa detentora de um diploma de ensino superior. Sendo certo que, para as quatro coortes analisadas, se observa uma redução de situações de sobrequalificação com o avançar do tempo, esta é quase sempre ténue. Ou seja, para quem se encontra numa situação de sobrequalificação ao fim de 5 anos de carreira, o desfecho de longe mais provável é que continue nessa condição aos 10, 15 e 20 anos de trajeto.

No seguimento das conclusões de Baert et al. (2013), este facto contraria em boa medida as teses segundo as quais as qualificações acabam por ter efeitos positivos diferidos na mobilidade no mercado de trabalho. Em vez disso, os efeitos da inserção profissional inicial parecem rapidamente superar em importância os efeitos da formação académica no que respeita ao desenrolar dos trajetos profissionais. Processos como a acumulação de experiência no trabalho efetivo – com o que implica de desenvolvimento competências e adesão a sistemas de valores específicos das profissões – ou a construção de redes de contactos num dado espaço profissional tenderão a favorecer muito mais a manutenção num determinado nível na estrutura de profissões do que a mobilidade vertical no seu interior.

A segunda tendência revelada por estes dados é que a incidência da sobrequalificação entre os detentores de diplomas de ensino superior tem vindo a aumentar não apenas no seu conjunto – o que já se tinha evidenciado na secção anterior –, mas também em todos os pontos ao longo do seu trajeto profissional. Neste caso, será a combinação da evolução da oferta de qualificações com as características do mercado de trabalho em Portugal que estarão em causa. À medida que a entrada das gerações mais novas se faz em contextos de cada vez maior abundância de mão de obra qualificada, as situações de sobrequalificação elas próprias tenderão a aumentar, caso o perfil de especialização da economia portuguesa – e com ele, a procura por qualificações mais elevadas – não se altere de forma substancial.

A incidência da sobrequalificação entre os detentores de diplomas de ensino superior tem vindo a aumentar não apenas no seu conjunto, mas também em todos os pontos ao longo do seu trajeto profissional.

10. Notas conclusivas: os desajustamentos qualificacionais como reflexo de um problema existencial

A acelerada qualificação escolar da população portuguesa verificada nas últimas duas décadas tem permitido ao país aproximar-se dos padrões de modernidade dos países europeus. Essa tendência geral traduziu-se, entre outros aspetos, na capacitação da força de trabalho em Portugal, no alargamento da oferta de qualificações e na redução muito acentuada da subqualificação do emprego. Na atualidade, a situação modal no setor privado é o do ajustamento entre qualificações escolares e profissão, quando, em 1995, cerca de dois terços do emprego era subqualificado.

Num contexto de aumento da oferta de qualificações no mercado de trabalho, a incidência da sobrequalificação, em particular entre os trabalhadores com ensino superior, tem crescido. Essa tendência seria expectável, mas interessa monitorizar a sua magnitude, já que a sobrequalificação traduz um desajustamento estruturalmente negativo, cujas origens importa também explicar e compreender.

Este estudo pretende contribuir para essa reflexão e para outras problematizações adjacentes. Uma das conclusões que emerge da análise é que o fenómeno da sobrequalificação afeta sobretudo as mulheres e, nesse sentido, pode assumir-se como um indicador pertinente na análise das desigualdades de género.

Uma segunda conclusão do estudo – que era, aliás, expectável – prende-se com a maior incidência da subqualificação nos grupos etários mais velhos e na maior incidência da sobrequalificação nos grupos etários mais jovens. A este nível, interessa referir que é entre os grupos etários mais jovens que se verifica um maior ajustamento qualificacional, o que pode indiciar uma melhoria da adequação entre a oferta e procura de qualificações na entrada no mercado de Portugal, num contexto de aumento da oferta de mão de obra com formação académica. Esta evidência positiva terá, no entanto, de ser monitorizada nos próximos anos e enquadrada na análise das dinâmicas migratórias, em particular nos processos de emigração de ativos qualificados. Sabendo-se que a emigração se concentra sobretudo entre os jovens e que é entre estes que as qualifica-

ções escolares elevadas estão mais generalizadas, é verosímil que a emigração de ativos qualificados esteja a retirar pressão ao lado da procura, criando, neste sentido, condições para um melhor ajustamento entre a oferta e a procura de qualificações de nível superior.

A terceira conclusão do estudo prende-se com o efeito setorial na definição das diferentes incidências dos (des)ajustamentos. A este nível interessa sublinhar a elevada incidência da sobrequalificação em alguns setores que têm sido protagonistas na criação líquida de emprego em Portugal nos últimos anos, elemento que deve ser tido em consideração quando reflete estrategicamente acerca do emprego em Portugal e do perfil económico do país.

A quarta conclusão que interessa referir prende-se com a importância do ponto de partida no trajeto laboral na definição dos (des)ajustamento qualificacionais. Os dados apurados, indicam que a sobrequalificação das pessoas ao serviço com ensino superior na entrada do mercado de trabalho define, em boa medida, o restante trajeto.

Os desajustamentos qualificacionais da população empregada não esgotam os fenómenos empíricos que configuram formas de desajustamento entre qualificações e emprego. A variação da taxa de desemprego ou a duração do desemprego, de acordo com o nível de escolaridade, são exemplos de outras formas de analisar desajustamentos. Como se demonstrou no ponto 5, em geral, a qualificação escolar de nível superior em Portugal tende a ter a estes níveis um efeito positivo.

Mas existem outros desajustamentos que importa também medir. Por exemplo, a denominada “fuga de cérebros”, que consiste na emigração de quadros altamente qualificados, devido, entre outros motivos, à dificuldade em encontrar em Portugal emprego ajustado, ou emprego com salários ajustados, ou, ainda, emprego com condições de trabalho não-salariais ajustadas.

A fuga de cérebros faz-se também cada vez mais atrás de um processo “ir para fora ficando cá dentro”, isto é, situações em que trabalhadores altamente qualificados que trabalham remotamente a partir de Portugal para empresas que operam noutros países. Embora vivam em Portugal, as suas qualificações e competências criam valor para o produto de outras economias, de outros países. Seria a este nível bastante interessante medir a expressão desta categoria de trabalhadores, mas também comparar essa magnitude com a dos denominados nómadas digitais – os quais tipicamente também trabalham para/com empresas que operam noutros países.

A análise desenvolvida neste estudo é um contributo para o estudo dos processos de recomposição social e económica do país, mas também para uma reflexão prospetiva. Que país temos hoje e que país queremos ser no curto, médio e longo prazo? A questão dos (des)ajustamentos qualificacionais afigura-se como uma realidade que se articula com um conjunto de fenómenos como os baixos salários, a precariedade, a especialização económica em atividades de baixo valor acrescentado, as várias desproteções do emprego, os quais, em conjunto, contribuem para uma verdadeira “crise existencial” do país (Cantante, 2020). Importa, também por isso, continuar a aprofundar este filão analítico.

11. Bibliografia

Allen, J., & De Weert, E. (2007). What do educational mismatches tell us about skill mismatches? A cross-country analysis. *European Journal of Education*, 42(1), 59-73. <https://www.jstor.org/stable/4543078>

Baerta, S., Cockxa, B., & Verhaest, D. (2013). Overeducation at the start of the career: steppingstone or trap? *Labour Economics*, 25, 123-140. <http://dx.doi.org/10.1016/j.labeco.2013.04.013>

Becker, G. S. (1964). *Human capital*. The University of Chicago Press.

Caldas, J. C., Silva, A. A., & Cantante, F. (2020). *As consequências socioeconómicas da COVID-19 e a sua desigual distribuição*. CoLABOR. <https://doi.org/10.5281/zenodo.3954400>

Cantante, F. (2020). A desigualdade económica e a crise existencial do país. In R. M. Carmo, I. Tavares & A. F. Cândido (Orgs.), *Um olhar sociológico sobre a crise Covid-19 em livro* (pp. 170-180), Observatório das Desigualdades. <https://doi.org/10.15847/CIESOD2020covid19>

Cantante, F. (2018). *O mercado de trabalho em Portugal e nos países europeus: estatísticas 2018*. Observatório das Desigualdades. <https://doi.org/10.15847/CIESOD/MERCADODETRABALHO>

CEDEFOP. (2018). *Insights into skill shortages and skill mismatch: Learning from Cedefop's European skills and jobs survey*. Publications Office of the European Union. <https://data.europa.eu/doi/10.2801/645011>

CEDEFOP (2024). Over-qualification rate (of tertiary graduates).

<https://www.cedefop.europa.eu/en/tools/skills-intelligence/over-qualification-rate-tertiary-graduates>

Costa, A. F., & Mauritti, R. (2018). Classes sociais e interseções de desigualdades em Portugal e na Europa. In R. M. Carmo, J. Sebastião, J. Azevedo, S. C. Martins & A. F. Costa (Orgs.), *Desigualdades sociais. Portugal e Europa* (pp. 109-129). Mundos Sociais.

Costa, A. F., Machado, F. L., & Almeida, J. F. (2007). Classes sociais e recursos educativos: uma análise transnacional. In A. F. Costa, F. L. Machado & P. Ávila (Orgs.), *Portugal no contexto europeu. Sociedade e conhecimento* (pp. 5-20). Celta.

DGEEP (2005). *Estatísticas em síntese: Quadros de Pessoal 2022*. DGEEP.

<http://www.gep.mtsss.gov.pt/documents/10182/10928/qp2002sint.pdf/c638cc74-bd50-4e4e-b05b-9984a6f4d53b>

- Flisi, S., Goglio, V., Meroni, E. C., Rodrigues, M., & Vera-Toscano, E. (2017). Measuring occupational mismatch: overeducation and overskill in Europe – evidence from PIAAC. *Social Indicators Research*, 131, 1211-1249. <https://doi.org/10.1007/s11205-016-1292-7>
- Freeman, R.B. (1976). *The overeducated American*. Academic Press.
- Hartog, J. (2000). Over-education and earnings: where are we, where should we go? *Economics of Education Review*, 19(2), 131-147. [https://doi.org/10.1016/S0272-7757\(99\)00050-3](https://doi.org/10.1016/S0272-7757(99)00050-3)
- INE (2010). *Classificação Portuguesa das Profissões: 2010 (CPP 2010)*. INE.
- Machado, F. L., & Costa, A. F. (1998). Processos de uma modernidade inacabada. In J. M. Viegas & A. F. Costa (Orgs.), *Portugal, que modernidade?* (pp. 17-44). Celta Editora.
- Mahy, B., Rycx, F., & Vermeylen, G. (2015). *Educational mismatch and firm productivity: do skills, technology and uncertainty matter?* IZA Discussion Paper N.º 8885. <https://docs.iza.org/dp8885.pdf>
- Marques, P., Suleman, F., & Costa, J. M. (2022). Moving beyond supply-side arguments to explain over-qualification: the ability to absorb graduates in different models of capitalism. *European Journal of Education*, 57(2), 342-360. <https://doi.org/10.1111/ejed.12500>
- McGuinness, S., Pouliakas, K., & Redmond, P. (2017). *How useful is the concept of skills mismatch?* IZA Discussion Papers, N.º 10786. <https://docs.iza.org/dp10786>
- Nunes, A. S. (1964). Portugal, uma sociedade dualista em evolução. *Análise Social*, 7(8), 407-462.
- OECD (2017). *Getting skills right: skills for jobs indicators*. OECD Publications. <https://www.oecd.org/els/getting-skills-right-skills-for-jobs-indicators-9789264277878-en.htm>
- OECD (2023). *Education at a glance 2023. OECD indicators*. OECD Publications. <https://www.oecd.org/education/education-at-a-glance/>
- OECD. (2016). *Skills shortages and mismatches*. OECD Publications. <https://doi.org/10.1787/9789264252073-3-en>
- Parente, C., Ramos, M, Marcos, V., Cruz, S. A., & Neto, H. V. (2011). Efeitos da escolaridade nos padrões de inserção profissional juvenil em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 65, 69-93. <http://journals.openedition.org/spp/124>

- Pimenta, A. C., & Pereira, M. C. (2019). Desajustamento entre escolarização e ocupações dos trabalhadores portugueses: uma análise agregada. *Revista de Estudos Económicos*, 41.
https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/papers/re201903_p.pdf
- Plesca, M., & Summerfield, F. (2023). The productivity benefits of overeducation. *Journal of Human Capital*, 17(4), 463-502. <https://doi.org/10.1086/726630>
- Quintini, G. (2011). *Right for the job: over-qualified or under-skilled?* OECD Social, Employment and Migration Working Papers N.º 120. <https://dx.doi.org/10.1787/5kg59fcz3tkd-en>
- Reis, J. (2023). Os cinco trabalhos de uma periferia europeia: a economia portuguesa em tempos convulsos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 130, 101-126. <https://doi.org/10.4000/rccs.14466>
- Santos, A. B., Basto, R. B., & Santos, S. G. (2020). A escolarização e as ocupações profissionais dos trabalhadores em Portugal: um modelo desajustado? Publicação do GEE.
<https://www.gee.gov.pt/pt/destaques/30895-a-escolarizacao-e-as-ocupacoes-profissionais-dos-trabalhadores-em-portugal-um-modelo-desajustado>
- Sicherman, N., & Galor, O. (1990). A theory of career mobility. *Journal of Political Economy*, 98, 169-192.
<https://doi.org/10.1086/298261>
- Teles, N. (2017). O trabalho como variável de ajustamento: da teoria à prática. In M. C. Silva, P. Hespanha & J. C. Caldas (Coords.), *Trabalho e políticas de emprego – um retrocesso evitável* (pp. 36-78). Actual Editora.
- UNESCO (2011). *Classificação Internacional Tipo da Educação (CITE)*. UNESCO.
https://estatistica.dgeec.mec.pt/docs/docs_cdr/ISCED2011_PT.PDF
- Vandeplass, A., & Thum-Thysen, A. (2019). Skills mismatch & productivity in the EU. European Commission Discussion Paper N.º 100.
https://economy-finance.ec.europa.eu/publications/skills-mismatch-and-productivity-eu_en
- Verhaest, D., & Omeij, E. (2006). The impact of overeducation and its measurement. *Social Indicators Research*, 77, 419-448. <https://doi.org/10.1007/s11205-005-4276-6>

FREDERICO CANTANTE (1980) é licenciado em Sociologia e Planeamento (ISCTE-IUL) e em Direito (Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa) e doutorado em Sociologia (ISCTE-IUL). É investigador, coordenador de equipa e presidente do conselho científico do CoLABOR. É professor convidado do ISCTE-IUL. A sua investigação tem consistido principalmente no estudo das desigualdades económicas e sociais e do mercado de trabalho. É autor do livro *O risco da desigualdade* (Almedina). Foi agraciado, em 2019, com o Prémio António Dornelas, atribuído pelo MTSSS.

PEDRO ESTÊVÃO (1975) é licenciado em sociologia encontrando-se atualmente a desenvolver o seu doutoramento na mesma área. É ainda detentor de duas pós-graduações em estatística e análise de dados e de formação certificada em negociação e mediação de conflitos e em sistemas de informação geográfica. O seu trajeto profissional inclui a participação em diversos estudos de avaliação de políticas educativas e das políticas sociais, bem como em projetos científicos sobre os efeitos da crise económica nestas mesmas áreas. Os seus interesses académicos atuais centram-se nas áreas do trabalho, proteção social, sindicalismo e diálogo social.

(Des)ajustamentos qualificacionais em Portugal: evolução, incidências e a importância do ponto de partida

Portugal conheceu um aumento bastante acentuado da qualificação da sua população nas últimas duas décadas. Este processo foi acompanhado por recomposições importantes no perfil do emprego do país. Este estudo mede os (des)ajustamentos entre qualificação escolar e profissão utilizando uma metodologia normativa. De um país fortemente marcado pela incidência da subqualificação, Portugal é na atualidade um país em que o ajustamento entre qualificações escolares e a profissão é a situação modal e em que a sobrequalificação começa a ter algum relevo. Consta-se que a incidência dos (des)ajustamentos qualificacionais tem uma variação categorial e setorial elevada. Conclui-se, adicionalmente, que a sobrequalificação dos trabalhadores com formação superior no início do seu trajeto laboral estrutura fortemente o seu percurso no mercado de trabalho.

CoLABOR
Laboratório Colaborativo para o Trabalho, Emprego e
Proteção Social
Rua das Taipas, n.º 1, 1250-264 Lisboa
www.colabor.pt



O CoLABOR - Laboratório Colaborativo para o Trabalho, Emprego e Proteção Social é uma instituição de investigação científica reconhecida pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, que conta com uma equipa multidisciplinar de investigadores altamente qualificados. O CoLABOR tem quatro objetivos centrais: apoiar a conceção e reformulação de políticas nas suas áreas temáticas; capacitar as instituições, incluindo a administração pública, as empresas e as instituições do Terceiro Setor; qualificar o emprego, mediante a formação de quadros e a criação de emprego científico; contribuir para o debate público nas áreas do trabalho e da proteção social, através de formas de divulgação eficazes e inovadoras dos resultados da investigação que leva a cabo. O CoLABOR concretiza estes objetivos através de uma agenda ambiciosa de aprofundamento do conhecimento científico em torno de três eixos temáticos centrais: o trabalho e emprego; a proteção social e os equipamentos e respostas sociais. Nesta agenda, destacam-se as seguintes prioridades: o estudo dos impactos das novas tecnologias sobre o trabalho e a proteção social; a reflexão sobre a adequação e sustentabilidade de diferentes modelos de proteção social; e a avaliação de equipamentos e respostas sociais. Transversalmente a estas áreas temáticas, o CoLABOR desenvolve e mantém a DataLABOR, uma plataforma digital de sistematização, análise crítica, visualização de informação estatística e jurídica de âmbito internacional, nacional, regional e local nas áreas do trabalho, emprego e proteção social. Para desenvolver a sua atividade, o CoLABOR conta com o apoio dos seus associados, onde se contam diversas instituições universitárias e de investigação, instituições do Terceiro Setor, empresas e um município. O financiamento do CoLABOR assenta num tripé composto por: financiamento basal público, financiamento competitivo e receitas provenientes da venda de produtos e da prestação de serviços.

